

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

*MUJERES PÚBLICAS E O CORPO-TERRITÓRIO: CAMINHOS DA
ARTE PARA PENSAR UMA EDUCAÇÃO FEMINISTA*

THAÍS GOMES DOS SANTOS

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



***MUJERES PÚBLICAS E O CORPO-TERRITÓRIO: CAMINHOS DA
ARTE PARA PENSAR UMA EDUCAÇÃO FEMINISTA***

THAÍS GOMES DOS SANTOS

Sob orientação da professora

Roberta Carvalho Arruzzo

e coorientação da professora

Anita Loureiro de Oliveira

Dissertação submetida como
requisito parcial para a obtenção do
grau de **Mestre em Geografia**, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Área de Concentração
Território, Ambiente e Ensino de
Geografia.

NOVA IGUAÇU, RJ

JUNHO DE 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237m

Santos, Thais Gomes, 1996-
Mujeres públicas e o corpo-território: caminhos da
arte para pensar uma educação feminista / Thais Gomes
Santos. - Duque de Caxias, 2024.
99 f.: il.

Orientadora: Roberta Carvalho Arruzzo.
Coorientadora: Anita Loureiro de Oliveira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em
geografia, 2024.

1. corpo-território. 2. mujeres públicas. 3.
feminismo. 4. arte. I. Arruzzo, Roberta Carvalho ,
1980-, orient. II. Oliveira, Anita Loureiro de , -,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de pós-graduação em geografia. IV.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 63/2024 - IGEÓ (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.037822/2024-54

Seropédica-RJ, 30 de julho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIENCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

THAÍS GOMES DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21/06/2024.

Roberta Carvalho Arruzzo
(Dr.) PPGGEO- UFRRJ
(Orientador[a], presidente da banca)

Anita Loureiro de Oliveira
(Dr.) PPGGEO- UFRRJ
Coorientador[a]

Juliana Grasiele Bueno Mota. (Dr). UFGD
(membro da banca)

Gabriela Ângelo Pinto (Dr.) UFF
(membro da banca)

(Assinado digitalmente em 30/07/2024 14:10)

ANITA LOUREIRO DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)
Matrícula: ####576#0

(Assinado digitalmente em 30/07/2024 14:48)

ROBERTA CARVALHO ARRUZZO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)
Matrícula: ####467#4

(Assinado digitalmente em 31/07/2024 09:14)

JULIANA GRASIÉLI BUENO MOTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.448-##

(Assinado digitalmente em 30/07/2024 12:51)

GABRIELA ANGELO PINTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.297-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **63**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **30/07/2024** e o código de verificação: **0da057d70c**

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Vânia, pelo apoio incondicional nos momentos que eu pensei em desistir e ela acreditou mais em mim que eu mesma. Ao meu companheiro na vida, Jonathan por me auxiliar em tudo com amor, paciência e tranquilidade como deve ser e ver luz em mim ainda que eu estivesse no escuro.

A todas as mulheres que me deram forças para continuar mesmo depois das violências que eu sofri, quando eu duvidei do meu valor enquanto mulher e pesquisadora.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Agradeço à minha mãe, Vânia Conceição Gomes que passou pelas maiores intempéries ao meu lado me amando incondicionalmente, nunca desacreditou do meu potencial, me limpou com os banhos de axé (IULA), me lembrando do legado e da força dos orixás para superar tudo e prosperar.

Agradeço ao meu companheiro Jonathan Christian Dias dos Santos por cada palavra de amor e carinho, pela paciência por não me deixar desistir e me incentivar quando eu não tinha mais cabeça para escrever porque os problemas pessoais me atropelavam.

Agradeço aos meus familiares em especial as mulheres da minha família. Esse trabalho é para nós!

Agradeço à Delegacia da Mulher (DEAM) de Duque de Caxias que recebeu minhas denúncias de violência e forneceu a medida protetiva contra o meu genitor pois, sem isso eu não conseguiria seguir com minha vida acadêmica.

Agradeço à minha psicóloga Adelina Diana por me ajudar a controlar meu Transtorno de Ansiedade Generalizada e crises de pânico e conseguir concluir esse trabalho.

Agradeço à minha querida orientadora Roberta Carvalho Arruzzo por ter aceitado realizar a orientação desta pesquisa, bem como pelo incentivo, apoio e ideias para o trabalho e a minha coorientadora Anita Loureiro de Oliveira pelas dicas e opiniões fornecidas ao longo dessa jornada.

Agradeço a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG GEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pelas reflexões propostas em sala de aula e pelo esforço em proporcionar um alto nível de aprendizagem aos discentes.

Agradeço aos técnicos do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que, apesar das condições de trabalho adversas, mantêm, com muita dedicação, o nosso espaço sempre pronto para utilização nas melhores condições possíveis.

“Eu não estou mais aceitando as coisas que eu não posso mudar. Eu estou mudando as coisas que não posso aceitar.”

(Angela Davis)

RESUMO

DOS SANTOS, T.G. *Mujeres Públicas e o corpo-território: caminhos da arte para pensar uma educação feminista*. 2024. 87p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O crescimento do movimento feminista no século XXI e o nascimento dos coletivos alteraram a percepção das mulheres sobre a luta pelo fim da desigualdade de gênero. Coletivos, como o *Mujeres Públicas*, aqui investigado, perceberam que a união entre mulheres e a ocupação dos territórios por meio da arte nas ruas eram uma nova forma de reivindicar direitos, como acesso ao seu corpo, igualdade salarial e fim da dupla/tripla jornada de trabalho que condena mulheres a uma vida de exaustão. É justamente essa parceria entre mulheres que organiza uma nova forma de luta para conscientizar a sociedade das violências acometidas contra a classe feminina, além de também servir de caminho para repensar o papel social da mulher. Nesta pesquisa, tivemos como principal objetivo analisar a criação do grupo *Mujeres Públicas*, sua expressão e o elo entre o corpo, território e as mulheres latino-americanas; entender o desenvolvimento e o contexto do artivismo do coletivo *Mujeres Públicas*; analisar o corpo-território e suas categorias; e, por fim, discutir a arte pedagógica como uma abordagem feminista. Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos como procedimentos metodológicos o levantamento e uma análise qualitativa das intervenções artísticas feitas pelas *Mujeres Públicas* nas ruas e galerias artísticas de países como a Argentina, Cuba e Espanha; levantamento bibliográfico e estatístico para discutir as violências mais denunciadas pelo grupo através das ações artísticas; e como principal resultado propomos um debate sobre a ressignificação do papel da mulher na sociedade.

Palavras-Chave: *Mujeres Públicas; luta; liberdade feminina.*

ABSTRACT

DOS SANTOS, T.G. *Mujeres Públicas e o corpo-território: caminhos da arte para pensar uma educação feminista*. 2024. 87p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The growth of the feminist movement in the 21st century and the emergence of collectives have altered women's perception of the fight to end gender inequality. Collectives such as *Mujeres Públicas*, investigated here, realized that the union among women and the occupation of territories through street art were a new way to claim rights, such as access to their bodies, equal pay, and an end to the double/triple work shift that condemns women to a life of exhaustion. It is precisely this partnership among women that organizes a new form of struggle to raise society's awareness of the violence against the female class, as well as serving as a pathway to rethink the social role of women. In this research, our main objective was to analyze the creation of the group *Mujeres Públicas*, its expression, and the link between the body, territory, and Latin American women; understand the development and context of the artivism of the collective *Mujeres Públicas*; analyze the body-territory and its categories; and finally, discuss pedagogical art as a feminist approach. To achieve the proposed objectives, we used methodological procedures such as the survey and a qualitative analysis of the artistic interventions carried out by *Mujeres Públicas* on the streets and in art galleries in countries like Argentina, Cuba, and Spain; bibliographic and statistical surveys to discuss the most reported violence by the group through artistic actions; and finally, based on the results obtained, we propose a debate on the re-signification of the role of women in society.

Key-words: *Mujeres Públicas; struggle; female freedom.*

LISTA DE ABREVIACÕES

AUNO – Agencia Universitaria de Noticias e Opinión

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FSLN - Frente Sandinista de Libertação Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBR – International Bussiness Report

ISAPS - Sociedade Internacional da Cirurgia Plástica

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário

MFL - Movimiento de Libertación Femenina

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organizações Não- Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoas com deficiência

SBCP – Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica

UFA – Union Feminista Argentina

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Todo con la misma aguja.....	15
Figura 2 - Trofeo de Guerra	16
Figura 3 - Las Ventajas	17
Figura 4 - Esta Belleza.....	18
Figura 5 - Proyecto Heteronorma.....	19
Figura 6 - Goblitos aborto.....	20
Figura 7 - La mancha Lesbiana.....	21
Figura 8 - Mujer colonizada.....	22
Figura 9 - Estampita.....	23
Figura 10 - Museo de la Tortura	24
Figura 11 - 8 de marzo	25
Figura 12 - Ni Grandes, Ni Pensadores.....	26
Figura 13 - Cajita de fósforos.....	27
Figura 14 - Trabajo doméstico	28
Figura 15 - Soy Feliz.....	29
Figura 16 - Tétaz	30
Figura 17 - Pase de la teoria a la acción.....	31
Figura 18 - Elije tu propia desventura.....	32
Figura 19 - Afiche Escudo	33
Figura 20 - Revolucion.....	34
Figura 21 - Dios Manda	35
Figura 22 - Instalação Documental	36
Figura 23 - Aborto Legal.....	37
Figura 24 - Instalacion Documental	38
Figura 25 - Instalacion Documental	39
Figura 26 - Bandera Resistencia	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais direitos conquistados pelas mulheres argentinas de 2003 a 2018	41
Tabela 2 - Aspecto de proteção da maternidade em geral e para as trabalhadoras domésticas na América Latina e Caribe	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Taxa de feminicídio em países da America Latina e Caribe em 2022 a cada 100.000 mulheres	55
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de procedimentos estéticos em países da América Latina em 2021 52

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O COLETIVO <i>MUJERES PÚBLICAS</i>	7
1.1 Pelo que lutamos.....	9
1.1.1 Arte + Ativismo	12
1.1.2 Ações públicas sociopolíticas	13
1.2 Manifesto do corpo: direitos conquistados	41
CAPÍTULO 2 - O CORPO COMO CAMPO DE BATALHA.....	45
2.1 Violência de gênero: a guerra contra as mulheres	46
2.2 Violências	50
2.2.1. Padrão de beleza.....	51
2.2.2. Violência Legislativa	54
2.2.3 Trabalho Doméstico	57
2.2.4 Violência Religiosa	61
2.2.5 Troféu de Guerra	63
2.2.6 Sexualidade	64
CAPÍTULO 3 – POR UMA ARTE FEMINISTA E PEDAGÓGICA	67
3.1. Mudando e habitando territórios.....	69
3.2. Arte em disputa	72
3.3 Mulheres (re)construindo os feminismos	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

Ao menos, desde a idade média, por volta dos séculos X e XV, a construção do papel de gênero das mulheres na sociedade foi imposta pelas relações de poder dos homens sobre seus corpos e comportamentos, também chamado de patriarcado (HERLIHY, 1975). O lugar do cuidado, do afeto, do trabalho doméstico, da beleza e da obediência muitas vezes foram relegados ao sexo feminino. No século XIX, este cenário começa a se modificar a partir da chamada primeira onda feminista, onde se destacavam nomes como o da ativista alemã Clara Zetkin, voltada às pautas do feminismo operário. (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

É relevante memorar as reivindicações substanciais que marcaram a primeira onda feminista: *[a]* contestação de igualdade perante a lei, na França após o período da Revolução Francesa; *[b]* direto ao voto e pela abolição da escravidão, movimento iniciado nos Estados Unidos e, *[c]* o direto das mulheres a melhores condições de trabalho nas indústrias, exigência feita a partir dos países industrializados (França, Rússia, Alemanha, por exemplo).

No século XX, um período marcado por guerras, transformações espaciais, através de criação e/ou dissolução de países e transfigurações cada vez mais agressivas do sistema econômico capitalista, emerge o que é considerada a segunda onda feminista, tendo sua duração de 1960 a 1980. Neste período pensadoras como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Carol Hanisch começaram a questionar o que é ser mulher?

Tal questionamento se ramificou pelo globo, colocando em pauta essa feminilidade obrigatória e suposta essência feminina que nada mais são do que construções sociais. É também no momento da segunda onda feminista que se observa o cerceamento da vida pública feminina e a ausência de direitos da mulher sobre o seu corpo. Esta supressão de direitos da mulher sobre o seu corpo pode ser observada, por exemplo, na luta pelo direito ao aborto, luta pelo acesso a método contraceptivos e o combate à violência doméstica.

Destaca-se também que ainda durante a segunda onda feminista, a luta pela redemocratização nos países latino-americanos, à época assoladas por ditaduras militares sanguinárias mantidas com o apoio estadunidense, eram uma das principais demandas dos movimentos feministas da chamada “periferia mundial”.

No final do século XX, na década de 1990, a terceira onda feminista buscava aflorar a discussão sobre sexualidade. Mulheres lésbicas, transexuais e bissexuais expressavam seus desejos femininos em busca da liberdade de viver sua orientação sexual e identidade de gênero. Ampliava-se também o alcance do feminismo negro e os cargos políticos ocupados por mulheres, no Brasil e no mundo.

Já no século XXI, tem início a quarta onda do feminismo marcada pela interseccionalidade¹ que reconhece não apenas um tipo de feminismo, mas sim todas as correntes feministas e a sua diversidade. Organizações de Movimentos Sociais, coletivos feministas e Organizações Não-Governamentais (ONGs) se espalham dando visibilidade para questões femininas descentralizadas. Ou seja, pautas urgentes nas periferias, tanto em escala local, quanto regional passam a ser mais evidenciadas.

Contudo, esses movimentos não foram e não são uníssonos. Ao contrário, eles são dissonantes. As ondas feministas não são movimentos homogêneos, e sim um conjunto de ações que emergem de diferentes frentes (mulheres negras, indígenas, latinas, operárias) e regiões do mundo. Porém, como observamos, é possível notar que, em cada momento de destaque dessas ondas, as mulheres em evidência são brancas e oriundas do centro do capitalismo, o Norte Global (ZIRBEL, 2021).

É preciso também destacar o papel do feminismo negro desde a primeira onda. No Norte Global, tivemos Sojourner Truth, em 1851, lutando pela abolição da escravatura e pelos direitos das mulheres negras nos Estados Unidos da América. Na década de 1940, anos antes do surgimento da segunda onda feminista, a jornalista e panafricanista Claudia Jones lutava pelos direitos das mulheres negras nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Nos anos 1980, durante a segunda onda, Angela Davis, militante do Partido Comunista, participante ativa do movimento feminista e integrante dos Panteras Negras, lançou trabalhos como “Mulheres, Raça e Classe” e “Democracia da Abolição”, questionando os direitos das mulheres e o papel da população negra na sociedade civil.”

¹ O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, de acordo com a sua percepção a junção e interação de duas ou mais formas e subordinação cria um sistema de opressão que reproduz diversas maneiras de discriminação. Exemplo: racismo, machismo e a divisão de classes presentes na vida das mulheres negras criando uma atmosfera ainda mais opressiva pela intersecção dessas três variáveis.

A ideia de Sul Global, não como uma categoria estritamente geográfica, mas como um instrumento de luta anti-imperialista e anticolonialista, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, também foi importante, pois promoveu uma decolonialidade da pauta feminista por meio de uma maior integração entre os países que foram submetidos à colonização e exploração do Norte Global durante os séculos anteriores e que enfrentavam, ao longo do século XX, desafios sociais e de desenvolvimento parecidos.

As mulheres participaram ativamente das lutas anticoloniais, anti-imperialistas, abolicionistas e de independência espalhadas pelo Sul Global. Figuras como Tereza de Benguela, Maria Firmina dos Reis, Maria Felipa de Oliveira e Luíza Mahin foram importantes na luta abolicionista no Brasil. No século XX, tivemos Lélia Gonzalez articulando a luta do movimento negro com a luta feminista. Ainda na América Latina, estima-se que as mulheres representaram mais de 30% do braço armado da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua nos anos 1970 (SANTAMARÍA, 2005).

No continente africano, Luzia Inglês Van-Dúnem, general das Forças Armadas Angolanas, colaborou ativamente pela independência angolana de Portugal entre os anos 1960 e 1970 (BATSÍKAMA, 2016). Na Ásia, tivemos a União das Mulheres do Vietnã participando das guerrilhas pela independência do Vietnã da França nos anos 1950 e no combate contra os estadunidenses nos anos 1960 (MARASCIULO, 2019).

Ao longo do tempo, as reivindicações das mulheres argentinas modificaram-se conforme as necessidades de cada período. No começo do século XX, luta feminista argentina tinha quatro demandas básicas: [a] remoção da inferioridade civil, sancionada no código civil do século XIX; [b] obtenção de mais educação; [c] o auxílio às mães desamparadas; e [d] a questão do sufrágio.

Durante a Ditadura Militar Argentina, de 1976 a 1983, a luta feminista foi marcada pelos protestos das mães dos desaparecidos e perseguidos pelo governo militar, também conhecidas como “*Madres de la Plaza de Mayo*”. Os protestos que emergiram das dores dilacerantes das mães argentinas tornaram-se símbolo do feminismo argentino. No período de restabelecimento da democracia argentina, a diferenciação hierárquica dos sexos foi a principal pauta do movimento feminista argentino e tornou-se um símbolo de luta naquele período. O país, por exemplo, foi pioneiro na América

Latina na adoção de cota mínima de participação feminina nas listas partidárias (BARRANCOS, 2014).

As mulheres argentinas perceberam a importância de incorporar o coletivo de uma maneira subversiva, onde a interseccionalidade não fosse apenas o caminho, mas o ponto de partida e de chegada das lutas. É aqui que surge o coletivo *Mujeres Públcas*.

Pode-se perceber, desde então, a manifestação do corpo-território² das mulheres argentinas, impulsionando-as para lutas cada vez mais acirradas, apelando para a criatividade e a ironia para lidar com o patriarcado, armas que o artivismo timidamente forneceria às mulheres algum tempo depois e se tornariam um dos braços da resistência das mulheres nas cidades.

As mulheres argentinas transcendem a ocupação das ruas além do simples trânsito dos corpos. A ocupação dos espaços públicos pelas mulheres pontua a complexidade dos corpos femininos e compreende o processo alienativo em que a sociedade moderna sufocou as mulheres. Trata-se então de uma perspectiva de ocupar a si mesma para habitar o território. Viver dentro de si para poder viver o espaço social, porém agora em forma de luta e disputa.

Destarte, a **justificativa** para esta pesquisa está no interesse sobre gênero que surge desde a graduação, porém agora com foco maior nas mulheres latino-americanas após o curso de extensão Arte, Gênero e História na América Latina, ministrado pela Universidade de São Paulo (USP), em que tomamos conhecimento sobre o coletivo *Mujeres Públcas*, mulheres argentinas que ousaram ocupar o espaço para provocar a população a respeito da necessidade de repensar o papel social da mulher, ao observar as ações apresentadas no curso inferiu-se que existe uma guerra que está sendo travada há séculos contra o corpo feminino.

A percepção da minha trajetória pessoal, o ato de me entender enquanto mulher negra e latino-americana, as violências que passei até chegar na delimitação do meu tema de pesquisa e ter principalmente percebido que mesmo buscando conhecimento a respeito do corpo-território feminino e das violências que o cercam não me blindou de seguir passando por situações de violência, porém com discernimento necessário para

² O conceito de corpo-território é inicialmente cunhado por mulheres indígenas latino-americanas que veem na terra e em seus corpos uma unidade de luta.

me proteger e abraçar mulheres que assim como eu, tiveram seus corpos como campo de batalha.

A partir daí promovemos uma análise sobre como a construção da identidade feminina se inicia violentamente. Enquanto o corpo do homem permite-se ser quase um território livre, o da mulher se define como um país, com fronteiras tensas e estreitas, em guerra e sempre em disputa.

Quando conheci o objeto da nossa pesquisa, o coletivo *Mujeres Públicas*, a Argentina estava promovendo uma ascensão dos direitos femininos. Naquele momento, o país, governado pelo progressista Alberto Fernández, sucedendo o então liberal Mauricio Macri, despontava como um exemplo na conquista dos direitos femininos na América Latina.

A proposta de investigação aqui apresentada e intitulada por “*Mujeres Públicas* e o corpo-território: caminhos da arte para pensar uma educação feminista”, parte da compreensão de como a arte também possui uma função educativa, ativista e serve de meio para libertar e reivindicar a emancipação feminina. Isto posto, temos como **objetivo geral** desta pesquisa analisar desde a criação do coletivo *Mujeres Públicas* a sua expressão e o elo entre o corpo território e as mulheres latino-americanas.

Como **objetivos específicos** temos: [a] entender a criação do grupo *Mujeres Públicas*, o seu desenvolvimento e o contexto do seu artivismo; [b] analisar o corpo-território e suas categorias; e [c] discutir a arte pedagógica como uma abordagem feminista. Cada objetivo específico corresponderá a um capítulo da dissertação.

A metodologia da presente dissertação foi composta em três etapas. Na primeira etapa, realizamos um levantamento bibliográfico sobre autores que já haviam realizado pesquisas sobre as *Mujeres Públicas*. Para tal, utilizamos principalmente a plataforma Google Acadêmico. Entretanto, também utilizamos outras plataformas como a *Elsevier* e *SciELO* em busca de artigos indexados que trabalhassem com a perspectiva sobre corpo-território e artivismo.

Na segunda etapa, utilizamos como processo metodológico a análise do site oficial das *Mujeres Públicas*, onde 26 ações artísticas, realizadas entre 2003 e 2015, foram investigadas para compreender as principais reivindicações feitas pelo coletivo.

Nesse momento tentamos contato para realizar uma entrevista com as integrantes do coletivo *Mujeres Públicas*, mas não obtivemos sucesso.

Na terceira etapa dos procedimentos metodológicos, realizamos a análise das violências que marcaram as ações apresentadas pelo coletivo e como a organização desse grupo pode ser tida como exemplo de uma pedagogia feminista através da arte afim de modificar o papel feminino na sociedade. Neste momento também buscamos utilizar dados estatísticos de agências e órgãos internacionais, regionais e nacionais para embasar os argumentos apresentados. Desta forma consultamos dados da Organização das Nações Unidas (ONU), CEPAL, Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Agencia Universitaria de Noticias y Opinión* entre outros.

O nosso arcabouço teórico é composto majoritariamente por mulheres brancas e pretas do Norte e do Sul Global, dando maior foco a autoras latinas como as argentinas Rita Segato e Verônica Gago. É importante destacar que a base bibliográfica deste trabalho é multidisciplinar, tendo autores de diversos campos das Ciências Humanas. Portanto, utilizamos cientistas sociais (Gago, 2020); antropólogas (Segato, 2016); filósofas (Federici, 2004; 2013; 2018), sociólogos (Muniz Sodré, 1988), entre outros.

A necessidade de um arcabouço teórico multidisciplinar se fez necessária justamente pela atuação da desigualdade de gênero e o feminismo atuarem nas diferentes camadas do corpo social. Esses autores e obras servem de suporte para a geografia e o nosso trabalho compreender melhor o que é o corpo-território, as formas de violência e como ele pode resistir a isso.

Desta maneira, o trabalho estará estruturado da seguinte forma: o **primeiro capítulo**, intitulado “*O coletivo mujeres públicas*”, apresentado nas páginas a seguir, tem como propósito evidenciar o coletivo, suas lutas, ações públicas, o seu desenvolvimento artivista desde a primeira década do século XXI e como suas ações colaboraram para a conquista de direitos das mulheres na Argentina.

O **segundo capítulo**, “*O corpo como campo de batalha*”. apresentamos o conceito de corpo território, a partir de autoras como Rita Segato, Silvia Federici e Naomi Wolf o entendimento do corpo-território pelas mulheres latinas a partir das múltiplas categorias de violência de gêneros (por exemplo, sexual, doméstica, política e religiosa) em que elas são submetidas diariamente.

Por fim, no **terceiro capítulo**, “*Por uma arte feminista e pedagógica*”, pretendemos discutir o processo de entendimento da mulher sobre o seu próprio corpo, abandonando a sujeição dele ao patriarcado. A partir dessa compreensão feminina sobre o seu corpo e a busca pelos seus direitos, se inicia a ação de ocupação dos espaços por meio da arte. O papel dos trabalhos artísticos, como os cartazes, lambe-lambes, marchas e posters expostos nas ruas de Buenos Aires pelo *Mujeres Públicas* e a colaboração que elas deram para a conquista de direitos apresentados no primeiro capítulo, neste transcurso têm como efeito o processo pedagógico de educar outras sociedades latino-americanas e reconstruir ótica próprias sobre as mulheres.

CAPÍTULO 1 – O COLETIVO MUJERES PÚBLICAS

A expressão *Mujeres Públicas* em português se traduz em Mulheres Públicas, que segundo o dicionário Priberam³ são pessoas do sexo feminino e/ou gênero feminino, consideradas em conjunto, sendo públicas um adjetivo relativo ou pertencente ao povo ou à população em geral. A dicotomia público x privado é uma discussão muito presente na geografia feminista, desafiando tal binarismo, uma vez que as mulheres eram relegadas à esfera doméstica e privada do lar, enquanto os homens detinham o poder na esfera política e social, com liberdade de acesso aos espaços públicos (GARCIA-RAMON, 1990).

Portanto, pode-se inferir que *Mujeres Públicas*/ Mulheres Públicas são os seres humanos que se identificam com o gênero feminino e pertencem ao povo. Essas duas palavras juntas na linguagem informal ou variação linguística da Argentina também possui o sentido ambíguo de mulher que é pública, que presta favores sexuais ou prostituta.

A denominação do grupo em si já causa um impacto social, pois ao mesmo tempo em que apresenta as demandas das mulheres que pertencem à população também realiza uma crítica ao modo como as mulheres são vistas dentro da sociedade patriarcal, aquelas que devem servir sexualmente o povo, como se a população feminina tivesse apenas esse papel dentro da organização social.

O coletivo *Mujeres Públicas* se autodefine como um grupo feminista de ativismo visual. Trabalhando a gráfica no espaço público para produzir uma

³ Mulher pública. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mulher%20p%C3%A9blica>. Acesso em 06 ago.2022.

reflexão através do humor, a ironia e o sarcasmo, por meio da serialidade propõe-se desmistificar os estereótipos e os papéis da mulher instaurados nas sociedades patriarcais⁴. (MARIANA, C.N. et.al, 2014, p.2. Tradução Nossa)

O presente trabalho pretende investigar o coletivo *Mujeres Públcas*. Para isso é necessário compreender o contexto social e político em que o grupo foi criado e qual o teor de suas ações. Segundo as informações reunidas no Centro Virtual de Arte Argentino, o grupo inicia suas atividades no ano de 2003, na capital Buenos Aires, 2 anos após a crise política conhecida por “Argentinazo”, marcada pela insatisfação popular com o governo direitista de *Fernando de la Rúa* que retirava direitos dos trabalhadores e agravava a crise política, econômica e social.

Não é uma afirmação que o *Mujeres Públcas* tenha surgido por conta do “Argentinazo”, mas é fato que esse acontecimento influencia até hoje grupos e movimentos sociais na Argentina. Assim como a ditadura militar argentina⁵, que vitimou milhares de mulheres conhecidas como “Mães da Praça de Maio” que há quase 50 anos se reúnem todas as quintas-feiras na Praça de Maio em frente à Casa Rosada sede da presidência da república localizada em Buenos Aires em busca de filhos, netos e parentes desaparecidos na ditadura, denunciando torturas e prisões que aconteceram de 1976 a 1983.

O passado deixa rastros no presente, ainda que o coletivo não esteja diretamente ligado a esses acontecimentos que marcaram a história da Argentina e da América Latina, percebe-se em seu ativismo influências na construção das críticas sociais. Ao analisar as ações do grupo percebe-se uma abordagem que busca ressignificar através do ativismo ideários sociais, territórios e até mesmo o tempo. Por meio de uma poesia das ruas a denúncia pulsa nas ações dessas mulheres argentinas.

⁴ El colectivo Mujeres Públcas se autodefine como un grupo feminista de activismo visual. Trabajando la gráfica en el espacio público para producir una reflexión a través del humor, la ironía y el sarcasmo, por medio de la serialidad se plantea desmitificar los estereotipos y los roles de la mujer instaurados en las sociedades patriarciales. (trecho original).

⁵ A última ditadura argentina (1976-1983) teve início, por meio de um golpe de Estado, em 24 de março de 1976, o qual depôs a então presidente da República María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabelita Perón. No período em que vigorou o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, uma Junta Militar, composta pelas três armas das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), assumiu o poder e, em seguida ao golpe, indicou o general Jorge Rafael Videla para presidir o país. A partir de então, desencadeou-se um regime pautado na desindustrialização, no endividamento externo, em sua autolegitimação, na centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta dos civis oriundos das elites nacionais, e no Terrorismo de Estado. Memória e Resistência na América Latina. Disponível em: https://paineira.usp.br/memresist/?page_id=239. Acesso em 20 dez.2022.

O coletivo nasce com cinco integrantes incluindo Veronica Fulco e Cecilia Marin e na atualidade permanece com três mulheres, são elas Magdalena Pagano, Fernanda Carrizo e Lorena Bossi todas vindas de campos de estudo diferentes, mas unidas pelo feminismo. Nesse primeiro capítulo tentaremos compreender quais são as pautas pelas quais o coletivo luta e o que o faz se tornar um grupo de artivismo.

1.1 Pelo que lutamos

Na história ocidental do patriarcado, as mulheres são vistas como cidadãs de segunda classe. Dessa forma a eclosão dos movimentos feministas foi inevitável devido à contínua supressão dos direitos das mulheres do feudalismo ao capitalismo, ambos sustentados pelo patriarcado. A constante degradação das mulheres é um dos sustentáculos do capitalismo, que utiliza a exploração da mão de obra das mulheres, mas não reconhece o seu papel social, seja como cidadã ou como ser humano.

Assim como o processo de escravidão foi fundamental para a acumulação capitalista, a caça às bruxas também cumpriu um importante papel. As bruxas, que segundo Federici (2004), eram todas as mulheres sábias, independentes, por vezes pobres e solteiras que desfrutavam de alguma autonomia na sociedade feudal, renegarem a pauperização e a marginalização devido à expropriação de suas terras, se articulavam como podiam para poder sobreviver fosse por sua liberdade sexual ou seu conhecimento herbal, o fato é que o poder e a força social dessas mulheres eram criminalizados.

Mulheres estão presentes nas lutas políticas desde o surgimento da desigualdade de gênero. Para silenciá-las foram utilizadas guilhotinas, fogueiras, torturas, estupros, prisões e leis. Ao relegar a população feminina a um papel laboral atribuído ao destino biológico, tarefas como cuidado, trabalho doméstico e reprodução sexual e social imputa-se uma divisão sexual do trabalho. Consequentemente, a história das mulheres é a história da luta de classes e da luta pela terra, mas também a luta pelo próprio corpo.

A ameaça que as bruxas representavam colocava em xeque um dos pilares do capitalismo: a reprodução social, encarnada na figura cristã de família. A caça às bruxas, as torturas e os corpos queimados nas fogueiras da inquisição foram úteis à domesticação do feminino, à garantia da perpetuação do trabalho de cuidado no papel de mães e filhas e a preservação da sexualidade dócil com subserviência e obediência. Para o patriarcado era necessário acabar com qualquer “ameaça” feminina que pudesse

subverter a ideia de que os absurdos sociais, políticos, econômicos e sexuais da época eram justos e predestinados.

Nas fogueiras não estavam apenas os corpos de “bruxas”, destruídos; também estava todo um universo de relações sociais que fora a base do poder social das mulheres e um vasto conhecimento que elas haviam transmitido, de mãe para filha, ao longo de gerações – conhecimento sobre ervas, sobre meios de contracepção ou aborto e sobre quais magias usar para obter o amor dos homens. (FEDERICI, 2019. p. 72)

A caça às bruxas e a supressão da liberdade das mulheres da época moldaram a ideia de civilização capitalista e a nova divisão sexual do trabalho que tem requisitos até a contemporaneidade. O feminismo é intrínseco à luta feminina, mas só recebeu esse nome no século XIX. Como apontamos na introdução, o feminismo não pode ser resumido em “ondas”. Essa tipificação deixa de fora a pluralidade dos feminismos, seu caráter territorial em populações indígenas, povos da América Latina e Caribenhos além de províncias asiáticas e etnias africanas. Reconhecemos a perspectiva eurocentrada que interfere na reflexão e buscamos a adoção de uma abordagem decolonial para não reproduzir esse lugar da colonialidade.

As principais lutas feministas no mundo se convergem em algumas pautas, sendo elas: direito à educação, direitos políticos, liberdades civis, direitos trabalhistas, direitos reprodutivos, direito à manutenção da integridade física e a luta contra assédio e estupro e outras violências. Posteriormente outras lutas se integraram ao movimento feminista. Por exemplo, a liberdade sexual (agregado ao movimento dos direitos LGBTQIAP+) e à busca pela remuneração do trabalho de cuidado.

Nesse âmbito, *Mujeres Públicas* surge da busca de visibilizar e denunciar as diferentes formas que o domínio patriarcal adquire nas esferas públicas e privadas, utilizando diversos dispositivos visuais (graffiti, stencil, cartazes, “rodas lúdicas”) no contexto do espaço urbano. Sua ação pública performática procura conscientizar a respeito de problemáticas pontuais vinculados à sexualidade, ao aborto, à violência de gênero a fim de promover uma transformação em cada um dos indivíduos a quem sua mensagem chega⁶ (MARIANA, C.N. et.al, 2014, p.3-4. Tradução nossa).

⁶ En este ámbito, *Mujeres Públicas* surge de la búsqueda de visibilizar y denunciar las diferentes formas que adquiere el dominio patriarcal en las esferas públicas y privadas, utilizando diversos dispositivos visuales (graffiti, stencil, afichismo, “recorridos lúdicos”) en el contexto del espacio urbano. Su acción pública performática procura concientizar acerca de problemáticas puntuales vinculadas a la sexualidad,

Na Argentina assim, como em outros países da América Latina, os movimentos feministas refletem algumas ideias do feminismo anglo-saxão/branco. Algumas causas para isso residem em fatores socioeconômicos estabelecidos pelo sistema capitalista, que configuram a espacialidade do poder. Por estes países anglo-saxões serem considerados países centrais, protagonistas do mundo e por sermos periferia mundial/sul global, contudo a territorialidade de ser a periferia do capitalismo se apresenta com outras contradições, distantes da centralidade. Nos anos 1960 em companhia com as lutas campesinas, estudantis, operárias e étnicas o movimento feminista avança, mas se torna clandestino em 1976 com a ditadura.

Segundo Federici (2019) existe um estado de guerra permanente contra as mulheres, estando essa guerra normalizada e interligada com um projeto de dominação patriarcal que só pode se sustentar se mantiver a hierarquia entre homens e mulheres. A violência contínua busca silenciar e preparar os corpos das mulheres para a violência dos trabalhos sem dignidade ou remuneração adequada, para as violências do Estado com leis que cerceiam as liberdades do ir e vir, do corpo, das ideias e da sociedade que condena o ser mulher.

A guerra contra as mulheres é fundamental para a renovação do sistema capitalista. Ao mesmo tempo que a violência é maior nos países que apresentam abundância de recursos naturais, eles são historicamente protegidos e respeitados pelas mulheres negras e indígenas. Como é o caso da América Latina que de acordo com a ONU Mulheres⁷ (2017) é a região mais violenta fora de uma zona de guerra para mulheres e reúne um aglomerado de recursos naturais que atraem os olhos do capitalismo. De acordo com Federici, (2019):

Minha tese, em outras palavras, é de que estamos assistindo a uma escalada da violência contra as mulheres, especialmente afrodescendentes e indígenas nativas, porque a “globalização” é um processo político de recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano, e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres, que são diretamente responsáveis pela reprodução de suas comunidades. (FEDERICI, 2019, p.91)

el aborto y la violencia de género en pos de lograr una transformación en cada uno de los particulares a los que alcanza su mensaje. (trecho original)

⁷ Região da América Latina e do Caribe é a mais violenta do mundo para as mulheres, diz ONU. Onu Mulheres Brasil. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/regiao-da-america-latina-e-do-caribe-e-a-mais-violenta-do-mundo-para-as-mulheres-diz-onu/>. Acesso em 02 fev.2023.

Outro ponto fundamental para a perpetuação dessa guerra é a certeza de impunidade, esta, ajuda a produzir um manual estratégico de horror e crueldade. As mulheres são vistas pelo que podem oferecer, a aniquilação do valor social da mulher a transforma cada vez mais em mercadoria, a venda de seu corpo, ou mão de obra sumariamente desvalorizada, seus serviços domésticos não remunerados, todos marginalizados e sujeitos à violência.

A violência é cumulativa, a escala individual se amplia para uma escala estatal que se conserva em escala global, a conexão entre as violências nos ajuda a compreender a profundidade da violência de gênero e sua implicação social.

Na verdade, todas as evidências indicam que a integração das mulheres na economia global é um processo violento. Sabe-se que mulheres imigrantes da América Latina tomam anticoncepcionais supondo que serão estupradas pela polícia de fronteira, agora militarizada. Vendedoras ambulantes entram em confronto com a polícia que tenta confiscar suas mercadorias. Como observou Jules Falquet, à medida que as mulheres deixam de servir a um homem para servir a muitos (cozinhando, limpando, prestando serviços sexuais), as formas tradicionais de coibição vêm abaixando, tornando-as mais vulneráveis aos abusos. (FEDERICI, 2019, p.98)

Frente à volta das caças às bruxas e ao femigenocídio que avança sem precedentes, as mulheres se movimentam para estabelecer estratégias que ajudem a assegurar seus direitos e suas vidas. Organizações comunitárias, campanhas de conscientização, protestos, passeatas, coletivos, e movimentos sociais. *Mujeres Públcas* faz parte de uma estratégia para preservar a vida da população feminina da Argentina.

1.1.1 Arte + Ativismo

Ao investigar a história da arte feminista na Argentina, não é perceptível grande expressão nos anos 60 até os anos 80 parte disso principalmente pelo período da ditadura militar, ainda assim clandestinamente percebe-se algumas movimentações em 1969 da Unión Feminista Argentina (UFA) e em 1971 do Movimiento de Libertación Femenina (MFL). Com o fim da ditadura, retoma-se as atividades feministas e então cria-se o Lugar de Mujer em 1983 que reúne feministas, artistas e ativistas argentinas em busca de desenvolver temáticas centradas nas questões femininas.

De acordo com Gené et.al (2009) a percepção das artistas de que precisariam sair dos espaços particulares e ocupar as ruas foi rápida, entre 1986 e 1988 forma-se o

Grupo Feminista de Denúncia que com suas ações buscava incomodar a ponto de fazer a população de Buenos Aires se questionar e provocar discussões a respeito do papel social da mulher. Esses movimentos culminaram em dois grandes marcos da arte feminista para a história do país, o Mitominas I e o Mitominas II que buscavam refletir de maneira critica o lugar da mulher na construção histórica do mito.

Difundiu-se então a percepção de que o sujeito feminino, a mulher, não é uma categoria fixa e estática dentro da sociedade, ela carrega em si um universo de infinitas possibilidades e que em sua maioria desagradam o imaginário coletivo que sustenta o patriarcado. A articulação das artistas feministas cunhou na história do mundo um novo olhar para a realidade, ora dos territórios, ora das mulheres. Como aponta Calvera:

[...] Bibliotecas e museus devem ser registrados com uma perspectiva de respeito para verificar quanto se deve às mulheres de herança artística. Seria necessário investigar dados da história, escrita pelos vencedores, traçando testemunhos, inferindo por presenças duvidosas a ausência dos silenciados para resgatar sua memória e restituir os méritos a quem se deve⁸.
(CALVERA, 1982, p.319. Tradução Nossa)

Partindo dessa noção de arte, as mulheres em união pluriversal construíram outras maneiras de se expressar no mundo. Além das palavras, as imagens e ações tornaram-se caminhos para se geo-grafar nos muros, nas cidades, nos espaços; ou seja, escrever suas vivências, pintar, performar ou expor. Coletivos como o Mujeres Públicas produzem geo-grafias⁹ através do artivismo na cidade de Buenos Aires, uma demanda que é expressa pelo corpo através dos acontecimentos que transpassam a vida feminina.

1.1.2 Ações públicas sociopolíticas

⁸ Habría que registrar bibliotecas y museos desde una perspectiva de respeto por lo femenino para averiguar cuánto se le debe a las mujeres del patrimonio artístico. Habría que investigar los datos de la historia, escrita por los vencedores, rastreando testimonios, infiriendo por presencias dudosas la ausencia de las silenciadas para rescatar su memoria y restituir los méritos a quien se le deben.” (trecho original)

⁹ Por meio dessa experiência, foi possível vislumbrar um novo sentido para a Geografia. Afinal, o que os seringueiros estavam fazendo era grafar a terra, marcar a terra, dando um outro sentido à terra, enfim, estavam geografando. Percebi, então, que a Geografia não é um substantivo, simplesmente. Que geografia pode significar, também, o ato de marcar a terra, enfim, ser um verbo, uma ação. Entrei, então, que havia uma possibilidade teórica de fazer Geografia a partir daqueles segmentos da sociedade que se organizam para lutar por direitos. Senti que era possível uma Geografia que não fosse necessariamente “funcionária do rei”. E que movimento social é, rigorosamente, a recusa de um lugar socialmente posto e, assim, a busca de uma nova organização do espaço, de uma nova ordem material-simbólica, de um novo magma de significações (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.54).

Em oito de março de 2003, em meio a marcha argentina pelo Dia da Mulher, uma ação do coletivo *Mujeres Públcas* chamou atenção dos milhares de manifestantes. Consistia em um cartaz com a imagem de um novelo de lã atravessado por uma grande agulha, logo abaixo da figura estava escrito “todo con la misma aguja” que se traduz em tudo com a mesma agulha. Todavia o contexto espaço temporal desse protesto implicava em chamar atenção para algo, o conjunto do cartaz, da mensagem que ele trazia no dia oito de março que marca a luta das mulheres em uma das principais capitais da América Latina buscava comunicar algo.

O novelo de lã representa o corpo das mulheres na sociedade contemporânea sendo atravessado por uma agulha que remete de imediato a uma situação de violência que combinados com a frase auxiliam na compreensão de que é uma violência cirúrgica em que o Estado argentino empurrava as mulheres para um contexto de abortos clandestinos.

A linguagem utilizada e a ressignificação de objetos simples como a agulha e o novelo para transmitir uma mensagem que antes exigia muitas palavras, folhetos e articulações gerou curiosidade entre os manifestantes que foram atrás das criadoras e acabou por popularizar o grupo *Mujeres Públcas* por Buenos Aires.

Ao longo de sua trajetória o grupo promoveu 26 ações contabilizadas entre 2003 e 2015, todas essas estão fotograficamente registradas no site oficial do coletivo. A partir de agora analisaremos tomando como base uma fotografia de cada uma das manifestações, classificaremos as ações de acordo com o ano de seu acontecimento.

2003

Figura 1 - Todo con la misma aguja (2003)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: A imagem apresenta um cartaz colado por cima de outro, o de baixo que comunica sobre o dia oito de março, dia internacional da mulher em que o símbolo feminino aparece em destaque. Por cima deste cartaz/protesto das *Mujeres Públicas* denunciando a violência que é submeter as mulheres argentinas a abortos clandestinos apontando que as botinhas de crochê e os abortos que estabelecem uma relação já que por falta de recursos e por condenação do Estado as mulheres têm que recorrer a métodos caseiros que arriscam a vida das mulheres.

Figura 2 - Trofeo de Guerra (2003)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Nessa ação utilizou-se os soldadinhos de plástico muito presentes na infância majoritariamente masculina como brinquedo e duas frases que igualam as mulheres violadas aos troféus de guerra criticando os abusos sofridos por mulheres, principalmente em períodos de guerra. A junção do objeto com um mini cartaz envia a mensagem que as violências sofridas e exemplifico aqui o estupro são disputas de poder para sequestrar a dignidade da população feminina e impor dominação de homens sobre mulheres, para eles troféus de guerra.

Figura 3 - Las Ventajas (2003)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Las ventajas de ser lesbiana ou as vantagens de ser lésbica, trabalha em um panfleto dobrável com ironia o fato de ser mulher e lésbica numa sociedade patriarcal que marginaliza duplamente pelo gênero e para sexualidade.

Figura 4 - Esta Belleza... (2003)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Intervenções que se interagem com outdoors e propagandas de beleza, inferindo críticas a uma beleza padrão estratificada que dói, adoece e oprime. Essa ação estabelece uma interlocução com o público que consome essa beleza irreal, por meio de frases que comunicam que esse tipo de beleza não se sustenta e causa vítimas, mulheres que se mutilam em salas de cirurgia para alcançar um ideal falso.

Figura 5 - Proyecto Heteronorma (2003)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Nessa ação une-se a ação gráfica e os cartazes a substituição do termo Homossexual por Heterossexual, frases que são comumente utilizadas para constranger ou provocar pessoas LGBTQIA+, dessa vez essas frases são direcionadas aos heterossexuais a fim de promover uma reflexão crítica a respeito da posição social de opressão que a heterossexualidade compulsória tem na vida das pessoas.

2004

Figura 6 - Goblitos aborto (2004)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: A luta a favor do aborto legal é demarcada nessa ação pela presença de cartazes que simulam balões de fala e foram colados e espalhados por Buenos Aires com o intuito de expor a violência contra mulher com frases como “Direito de decidir sobre os nossos corpos”, “A cada 1000 mulheres violadas apenas 7 violadores são presos” e “Mais de 2/3 das violações que se denunciam permanecem sem solução” além de relacionar a problemática do aborto com o patriarcado e a igreja “Se o papa fosse mulher, o aborto seria lei” nessa ação denuncia-se o assassinato de Natalia Gaitán, que foi fuzilada no dia 06/10/2003 em Córdoba na Argentina por ser lésbica, um caso claro de lesbofobia. O coletivo contesta a sexualidade obrigatoriamente reprodutiva e exige a despenalização do aborto¹⁰.

¹⁰ No dia 30 de dezembro de 2020 o senado argentino aprovou a legalização do aborto de forma segura e gratuita tornando-a lei para as mulheres argentinas, com pressão popular nas ruas do movimento Maré Verde e apoio do presidente Alberto Fernandez, agora é possível interromper a gravidez até a 14^a semana.

Figura 7 - La mancha Lesbiana (2004)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Mendoza

Descrição: O coletivo *Mujeres Públicas* marcou presença na abertura do XIX Encontro Nacional de Mulheres com uma intervenção que reivindicava o direito das mulheres lésbicas. O principal cartaz dizia “As lésbicas não brincam mais de esconde-esconde, agora brincamos de pega-pega” uma alusão a vida reclusa e escondida que foram condicionadas a viver já que sua sexualidade não segue o padrão esperado numa sociedade heteronormativa, porém elas romperam com as portas do armário e agora estão indo atrás dos seus direitos e querendo ser vistas.

Senado da Argentina aprova legalização do aborto no país. G1. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/30/senado-da-argentina-aprova-legalizacao-do-aborto-no-pais.ghtml>. Acesso em 03 mar.2023

Figura 8 - Mujer colonizada (2004)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Nessa figura percebe-se a setorização da categoria mulher em três, todas elas marcadas por opressões ao longo da infância como visto na figura da menina que não é permitida ter comportamentos que fujam ao padrão de feminilidade como por exemplo brincar com carrinhos ou descobrir a própria sexualidade, na figura da santa maria vemos a crítica a culpa cristã imposta às mulheres e o cerceamento das liberdades sejam elas sexuais ou emocionais e na figura da pinta percebemos a imposição do padrão de beleza inalcançável que faz das mulheres reféns de produtos, cirurgias e procedimentos estéticos. Essa ação consistiu em espalhar essa figura pelas ruas e paredes de Buenos Aires.

Figura 9 – Estampita (2004)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Utilizando um “santinho” com a imagem da virgem Maria de um lado e uma oração pelo direito ao aborto reivindica-se o direito ao próprio corpo e o afastamento das entidades religiosas das nossas decisões pessoais que o poder judiciário seja por fim independente da igreja e da misoginia. Inverte-se nessa ação os valores moralistas que insistem em catequizar todas as esferas da vida da mulher e rogam-se pela liberdade de escolha e de direitos femininos.

Figura 10 - Museo de la Tortura (2004)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Na Arcimboldo Galeria de Arte localizada em Buenos Aires o coletivo Mujeres Publicas organizou a exibição de um Museu da Tortura em que exibem diversos objetos que são associados a feminilidade, em que o grupo associa como objetos de tortura. Pode-se ver nessa ação chapinha para cabelo, OB, batons, ampolas de Botox, revistas femininas, comprimidos para emagrecer, curvex entre outros, cada um com uma placa contendo sua descrição e para quais fins são utilizados e principalmente porque eles têm o objetivo de prejudicar ou adoecer as mulheres.

Figura 11 - 8 de marzo (2004)



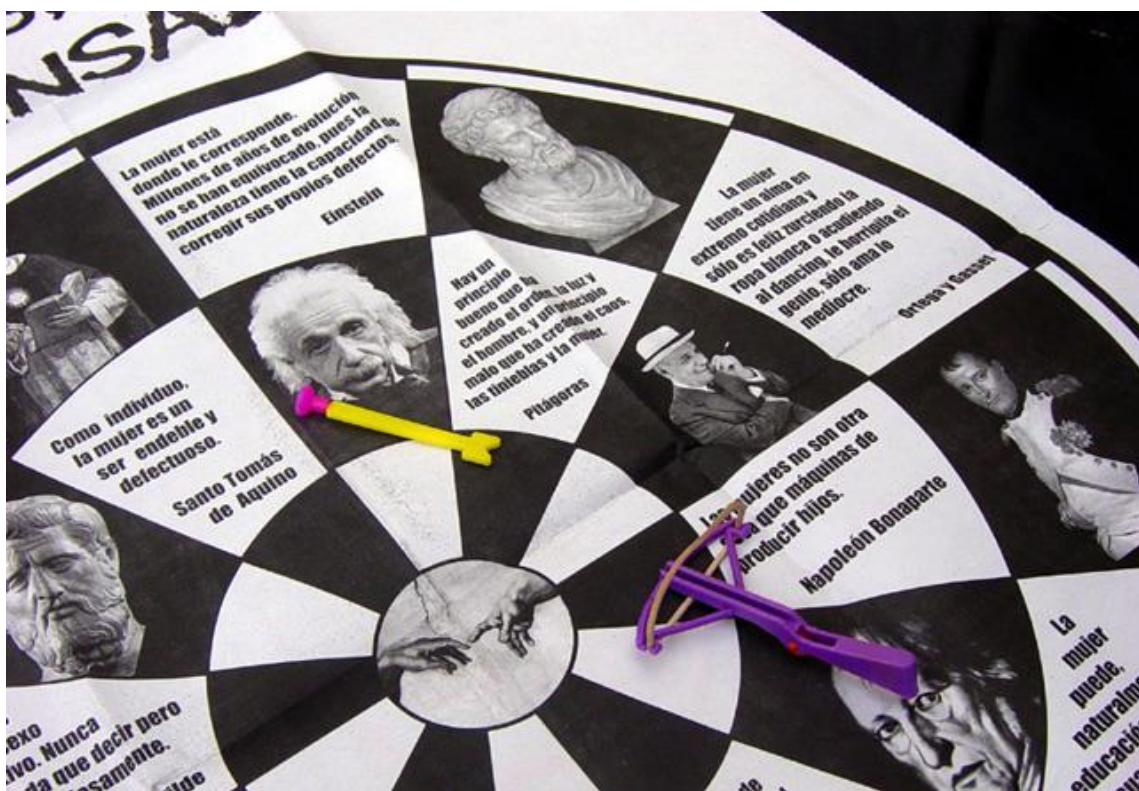
Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Essa ação consiste em espalhar por Buenos Aires um cartaz que pergunta: Se o 8 de março é o dia da mulher, o que acontece no resto do ano? Critica-se o fato de que ignoramos as necessidades e os direitos das mulheres ao longo de todo o ano e no oito de março finge-se olhar para as pautas levantadas por elas, mas efetivamente não se repensa nenhuma estrutura patriarcal que sustenta o sistema capitalista. Logo abaixo listam-se diversos problemas que as mulheres enfrentam o ano inteiro como: discriminação, penalização do aborto, desemprego, violação, lesbofobia, assassinato, pornografia, golpes, abuso sexual infantil, pobreza, inviabilização e violência.

2005

Figura 12 - Ni Grandes, Ni Pensadores (2005)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Mar del Plata

Descrição: Um cartaz com a foto e falas de vários pensadores homens foram distribuídos no Encontro Nacional de Mulheres, todas as frases presentes no cartaz explicitam as ideias machistas desses pensadores tão respeitados ao longo da história. Essa ação expõe que as ideias desses “grandes pensadores” principalmente a respeito das mulheres igualam-nos aos outros homens da sociedade que não desistem de manter as mulheres como seres inferiores para que continuem sendo admirados.

Figura 13 - Cajita de fósforos (2005)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Com uma simples caixa de fósforos, um desenho de uma igreja em chamas e uma frase, as *Mujeres Públicas* denunciam a cooptação de mentes pela igreja católica que ao longo do tempo histórico teve como seus alvos mulheres consideradas subversivas por seguir outras crenças e obter saberes científicos. Aqui, elas comunicam “A única igreja que ilumina é a que queima” crítica a iluminação que a igreja diz distribuir aos seus fiéis sendo que esta carrega um amontoado de crimes contra a humanidade ao decorrer de sua trajetória.

Figura 14 - Trabajo doméstico (2005)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Esse cartaz expõe como as mulheres são exploradas para realizarem os serviços domésticos como se apenas elas habitassem o lar e tivessem responsabilidades domésticas, seja no papel com as tarefas do lar, como lavar, passar, cozinhar e cuidar ou com os filhos. A frase em destaque denuncia “Exploração: utilização do tempo e do trabalho das mulheres em benefício de outros” por esse trabalho de reprodução social as mulheres gastam tempo e utilizam sua força de trabalho enquanto os homens e o sistema capitalista se aproveitam para descansar ou lucrar em cima do trabalho não remunerado das mulheres.

2006

Figura 15 - Soy Feliz (2006)

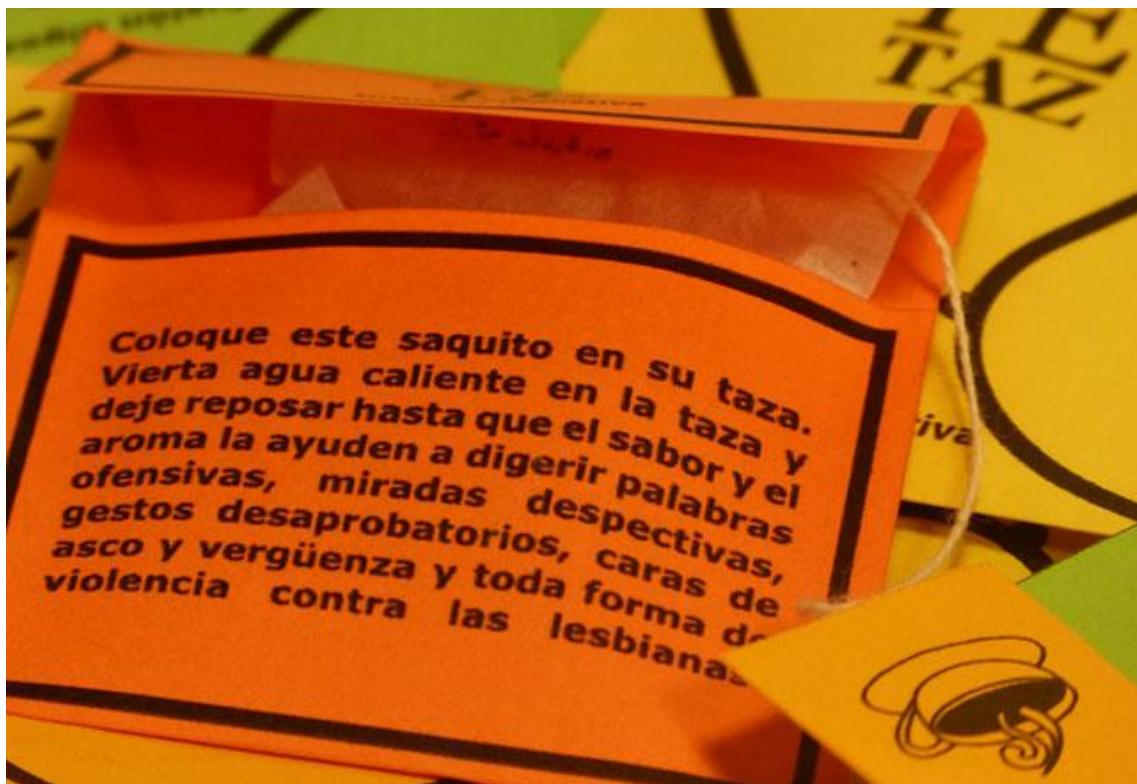


Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Com cartazes em preto e branco representando uma vulva manifestantes e ativistas colavam eles ao longo da cidade de Buenos Aires, com a frase “Sou feliz, descobri o meu clitóris!!!” A negação da sexualidade feminina sacralizada e o incentivo a explorar o prazer feminino essa ação se concentrava na liberdade sexual feminina.

Figura 16 – Tétaz (2006)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: A ação tem uma ambiguidade no nome que tanto pode significar seios como xícara de chá, a proposta consiste em distribuir saquinhos de chá com as seguintes instruções: “Coloque este saquinho em seu copo. Despeje água quente no copo e deixe descansar até que o sabor e o aroma te ajudem a digerir palavras ofensivas, olhares depreciativos, gestos de reprovação, caras de nojo e vergonha e toda forma de violência contra as lésbicas”. Essa colocação instiga mulheres lésbicas a duas opções escritas no saquinho de chá “ingerir para não vomitar ou vomitar para não ingerir”, suportar a lesbofobia ou se impor quanto pessoa não heteronormativa?

2007

Figura 17 - Pase de la teoria a la acción (2007)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Essa ação age como um manifesto, ao colocar diversos tipos de pílulas em saquinhos e invocar que passemos da teoria a ação rompendo com a inércia conveniente que incide sobre as mulheres na sociedade e promovem individualismos e paralisações que nos afastam das ruas e dos movimentos sociais e de base que se descolam do virtual e buscam na realidade as alternativas para os problemas das mulheres.

2008

Figura 18 - Elije tu propia desventura (2008)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Essa ação se difere de todas as outras porque em forma de livro/ação conta uma história que se pretende ser a história de qualquer uma de nós com múltiplos finais “escolha a sua própria desgraça” encorralando o leitor em qualquer que seja a sua escolha de final o livro passa por questões como aborto clandestino, violência contra a mulher, a discriminação por gênero, o culto a beleza, o amor e o corpo. Todos os finais não são finais satisfatórios. O que leva o leitor a refletir que é necessário modificar a maneira como os direitos e a liberdade feminina são constantemente sufocados.

2009

Figura 19 - Afiche Escudo (2009)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Em 2008 matamos 384 mulheres em 2009 vamos pôr mais, o Estado argentino junto ao aborto clandestino. Em tom de denúncia o cartaz expõe o número de mulheres que são assassinadas pelo Estado argentino ao serem empurradas para a clandestinidade ao realizarem abortos sem nenhum suporte médico ou legal. Esses números costumavam crescer ano a ano antes da legalização.

2010

Figura 20 – Revolucion (2010)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: O debate no Congresso Nacional pela lei do matrimonio igualitário estava avançando então o coletivo organizou pela cidade de Buenos aires a colagem de cartazes que diziam que “o amor não é um privilégio heterossexual” ao mesmo tempo em que destaca a palavra em inglês “amor” dentro da palavra Revolução. Nesse ano no dia 16 de julho o senado argentino aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, tornando-se o primeiro país latino-americano a realizar esse feito.

2012

Figura 21 - Dios Manda (2012)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Nessa ação relembra-se vários trabalhos que são relegados às mulheres em nossa sociedade e que não são de nenhuma maneira natural, mas quando questiona-se ouve-se que é “como Deus manda”, mas que na verdade é uma imposição patriarcal. No mesmo cartaz coloca-se o aborto implicando que não existe naturalidade na cultura patriarcal, então o aborto precisa ser legalizado para que se torne parte da sociedade assim como as funções de cuidado impostas às mulheres.

Figura 22 - Instalação Documental (2012)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Havana, Cuba

Descrição: Em 2012 o grupo reuniu várias de suas ações ao longo de sua trajetória organizou-os em uma exposição feita em Havana, Cuba, discutindo questões como a heterossexualidade compulsória e o papel da mulher.

2013

Figura 23 - Aborto Legal (2013)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Realizaram no Centro Cultural Borges uma performance em tamanho humano delimitando, escrevendo e pintando durante horas as palavras Aborto Legal pelo direito de decidir sobre o próprio corpo e a própria vida. Um manifesto pelo corpo e pela vida das mulheres.

2015

Figura 24 - Instalacion Documental (2015)

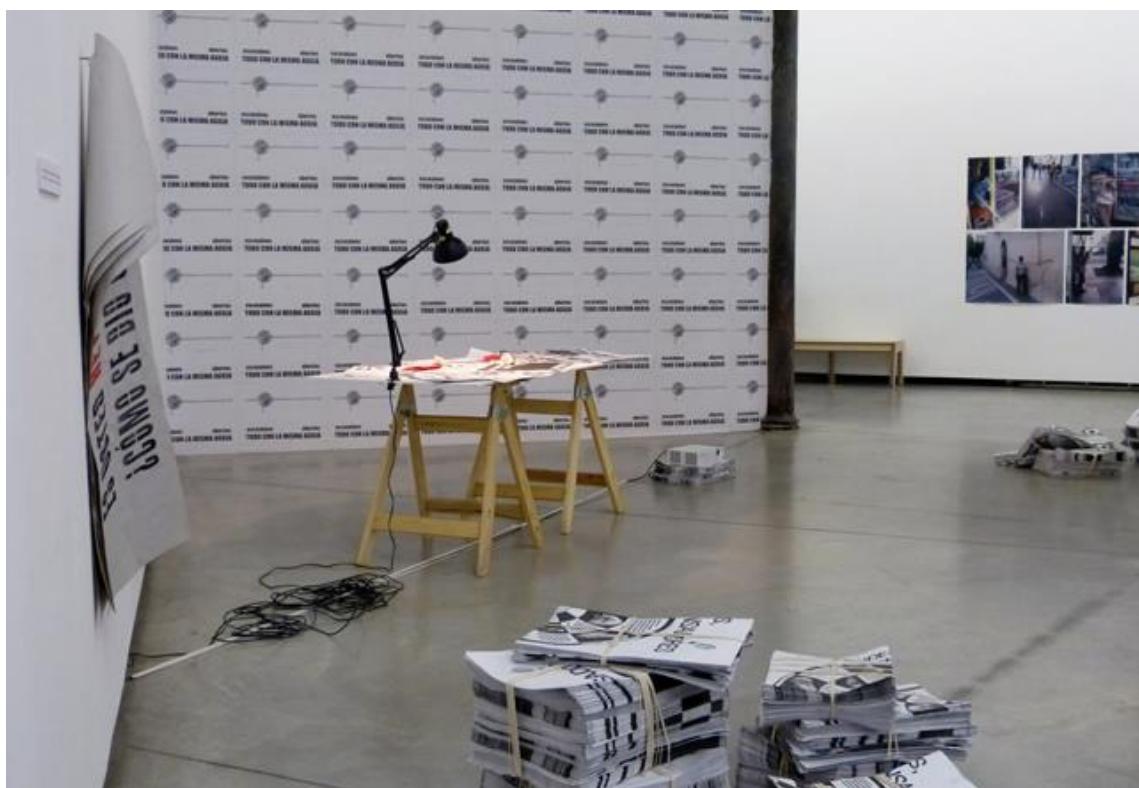


Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Madri, Espanha

Descrição: Em 2015, o grupo reuniu várias de suas ações ao longo de sua trajetória organizou-os em uma exposição feita em Madrid, Espanha, assim como a instalação feita em 2012 em Cuba, discutindo questões como heterossexualidade compulsória e o papel da mulher.

Figura 25 - Instalacion Documental (2015)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Buenos Aires

Descrição: Em 2015, o grupo reuniu várias de suas ações ao longo de sua trajetória, organizou-os em uma exposição feita em Buenos Aires, Argentina assim como a instalação feita em 2012 em Cuba, discutindo questões como a heterossexualidade compulsória e o papel da mulher.

Figura 26 - Bandera Resistencia (2015)



Fonte: <http://www.mujerespublicas.com.ar/accionesproyectos.html>

Local: Chaco

Descrição: A última ação registrada no ano de 2015 marca mais uma vez o dia 8 de março dia internacional da mulher uma bandeira erguida na *Casa de las Culturas* questiona novamente, assim como a intervenção feita por elas em 2004, se o dia 8 de março é o dia da mulher, o que acontece o resto do ano?

1.2 Manifesto do corpo: direitos conquistados

Se ainda hoje é preciso revisitar autoras do século XVIII e XIX, é porque de alguma maneira não alcançamos as demandas históricas e continuamos sujeitas à desigualdade de gênero, cada vez mais ampliada pelo conjunto de opressões, chamado por bell hooks (2019) de sistema patriarcal capitalista supremacista branco imperialista, que perpassam as demandas sociais. Entretanto, o artivismo das *Mujeres Públicas* colaborou para a conquista de alguns direitos femininos na Argentina nos últimos anos¹¹.

Consultando a *Agencia Universitaria de Noticias Opinión* (AUNO), dirigida pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Lomas de Zamora, situada em Buenos Aires, podemos encontrar os principais direitos femininos que as mulheres argentinas obtiveram dentro do período que corresponde ao nosso recorte temporal de pesquisa. Desta maneira, traduzimos e organizamos na **tabela 1**, apresentada abaixo, o período, o nome e qual é a finalidade da lei conquistada.

Tabela 1 - Principais direitos conquistados pelas mulheres argentinas de 2003 a 2018

Data de aprovação	Nome	Finalidade
25 de agosto de 2004	Lei do parto humanizado	Garantia ao direito de não violência durante o parto.
09 de abril de 2008	Lei do tráfico humano	Prevenir o tráfico de pessoas e garantir assistência às suas vítimas.
11 de março de 2009	Lei de proteção integral das mulheres	Prevenir e erradicar as violências física, psicológica, sexual, obstétrica, simbólica e laboral contra as mulheres.
15 de julho de 2010	Lei do matrimônio igualitário	Lei que garante o direito ao matrimônio entre pessoas do mesmo sexo. Esta foi a primeira lei

¹¹ É importante lembrar que no dia 28 de outubro de 2007, Cristina Fernández de Kirchner foi eleita a primeira presidente eleita na Argentina. Ela venceu as eleições presidenciais de 2007 com 45,28% dos votos válidos (AUNO, 2018).

		deste tipo aprovada na América Latina.
13 de março de 2012	Aborto não punível em casos de estupro	Garante a interrupção da gravidez proveniente de qualquer tipo de violação e não é punível para quem praticar o aborto.
9 de maio de 2012	Lei de identidade de gênero	Reconhece o direito de uma pessoa ser tratada de acordo com a sua identidade de gênero particularmente em documentos e outros instrumentos.
14 de novembro de 2012	Feminicídio	Garante que homicídios contra mulheres sejam tipificados como feminicídio, cuja pena é a prisão perpétua.
17 de setembro de 2015	Cota de trabalho transgênero	Indica que 1% do pessoal do setor público de Buenos Aires deve ser ocupado por pessoal travestis, transexuais e transgênero.
31 de agosto de 2017	Lei brisa	Garante uma reparação econômica a quem cujo pai tenha sido autor, instigador, co-autor ou cúmplice de delito de feminicídio contra sua mãe. Esta lei se aplica apenas à cidade autônoma de Buenos Aires.

23 de novembro de 2017	Lei de paridade de gênero	Obriga que as listas de candidatos legislativos na jurisdição nacional tenham 50% de candidatas mulheres. Entrou em vigor em 2019.
13 de junho de 2018	Lei de interrupção voluntária de gravidez	Autoriza mulheres e qualquer pessoa gestante a abortar até a 14 ^a semana de gestação sem a necessidade de justificativa. Começou a valer 2020.

Fonte: AUNO, 2018.

As conquistas das leis demonstradas na **tabela 1**, sem dúvidas, foram importantes para o feminismo e os movimentos feministas da Argentina. Indubitavelmente a obtenção destes “direitos” também influenciaram e deram forças para que os movimentos feministas de outros países latino-americanos igualmente lutassesem em seus respectivos países. Isto foi visto, por exemplo, no Brasil (criminalização da importunação sexual contra as mulheres, 2018), na Colômbia (lei de tipificação do feminicídio como crime, 2015) e no Chile (descriminalização do aborto nas primeiras 14 semanas, 2021).

Contudo, somente a aprovação destes mecanismos na esfera jurídica não é o suficiente. Por exemplo: a lei do feminicídio pune os autores, porém, não erradica o crime contra as mulheres. O mesmo podemos pensar quando refletimos sobre a lei do parto humanizado: garante o acesso das mulheres a um parto com dignidade e respeito, mas não finda a violência obstétrica.

Por isso, concordamos com Simone de Beauvoir (1949) quando ela diz que os direitos das mulheres sempre serão questionados diante de uma crise, seja ela econômica, política ou até mesmo religiosa. A perspectiva da filósofa francesa embasa a ausência de garantias dos direitos femininos. Ainda que estes estejam nas leis, dificilmente englobam toda a categoria social. É necessário repensar os papéis de gênero no âmbito da educação social, modificando as estruturas patriarcais para que as

mulheres sejam respeitadas efetivamente como seres humanos e não como subproletariado.

O nosso principal objetivo na primeira seção deste trabalho era apresentar o coletivo *mujeres públicas*, suas ações, discutir seu artivismo e nos debruçar sobre os avanços legislativos argentinos em relação às mulheres. No primeiro momento do presente capítulo, buscamos abarcar as causas históricas pelas quais as mulheres latino-americanas lutaram e continuam a lutar. Posteriormente, no subtópico 1.1.1, buscamos promover um debate entre arte e ativismo elucidando a forma como as *mujeres públicas* fazem da sua luta por direitos uma manifestação artística urbana.

No subtópico 1.1.2, apresentamos os projetos, a forma como eles tomam vida e exibe todas as ações públicas realizadas, de 2003 a 2015, pelo coletivo *mujeres públicas*. Finalizando o capítulo, no item 1.2., apresentamos brevemente as conquistas alcançadas na legislação argentina pelas mulheres. Ao apresentar o coletivo e as suas ações podemos entender que o fio condutor que fez emergir tal movimento foi essencialmente a violência de gênero.

Tal violência de gênero, que para nós é o principal instigador das lutas feministas na América Latina, é o que pretendemos discutir no segundo capítulo. Portanto, na segunda seção deste trabalho, temos como foco discorrer sobre as nuances que existem dentro da violência de gênero. Tomaremos como suporte para debater essas nuances os temas abordados pelas *mujeres públicas* e expostos aqui através da apresentação de suas ações públicas.

Também pretende-se explorar a dimensão teórica sobre o corpo para que possamos trazer esta categoria para dentro do debate sobre a violência de gênero. Isto é importante pois, todas as violências que perpassam as mulheres na sociedade, de alguma maneira, refletem em seus corpos.

CAPÍTULO 2 - O CORPO COMO CAMPO DE BATALHA

Quando há um embate, luta-se com o corpo; este é um instrumento de batalha. Quando existe um embate, o corpo todo participa do conflito, e cada parte dele é impactada de maneira diferente. Viver sob uma ótica violenta que ataca diretamente e constantemente nossos corpos causa consequências individuais e sociais para o feminino. Por isso, o feminismo é um mecanismo de defesa contra os ataques que segregam, julgam e cooptam os corpos femininos como objetos. Com ele, busca-se a liberdade do corpo, da alma e da vida que são negadas às mulheres desde o início de seus dias.

Todo indivíduo percebe o mundo e suas coisas a partir de si mesmo de um campo que lhe é próprio e que se resume em última instância, a seu corpo. O corpo é lugar-zero do campo perceptivo é um limite a partir do qual se define um outro, seja coisa ou pessoa. O corpo serve-nos de bússola meio de orientação com referência a outros. Quanto mais livre sente-se um corpo, maior ao alcance desse poder de orientar-se por si mesmo, por seus próprios padrões. Claro se nos movimentamos, altera-se o sistema de movimentação: os objetos podem ocupar o lugar-zero, descentrando-se o sujeito individual da percepção. (SODRÉ, 1988, p,123)

O corpo feminino trava uma guerra ao mesmo tempo contra o Estado e contra a sociedade. São ataques contínuos que não cessam e que têm o poder de se infiltrar na mente dos algozes e especialmente das vítimas, que muitas vezes acabam por absorver esses discursos, ainda que inconscientemente, esperando serem absorvidas e aceitas. Mas o ódio ao feminino é justamente o que sustenta essa lógica.

A mulher que suporta a dor sem questionar, aceitando esse sistema cruel que a desumaniza, sente que em algum momento será recompensada. Entretanto, a dor enclausurada no corpo, que se cala, não tem como ser reconhecida por aqueles que nunca foram silenciados.

Existe uma guerra contra as mulheres, principalmente contra seus corpos. Não é que todas as mulheres sejam espancadas todos os dias, mas elas são sutilmente podadas em cada fala, atitude, emoção, e sabem que sim, podem ser espancadas em algum momento e dificilmente serão defendidas. Isso é mais do que suficiente para sentir medo sempre. Quando se é mulher e está rodeada de homens, o ar é mais denso e a respiração mais pesada, porque a impunidade é certa e a justiça uma exceção. Afinal, como confiar em uma lei feita por homens para homens?

[...] as mulheres carregam uma guerra consigo para além do ambiente doméstico, e que essa guerra se manifesta em seus corpos, conectada aos mais diversos tipos de violência. Fica evidente, dessa forma, o quanto a violência machista e o poder patriarcal são pilares da nossa sociedade. É a partir do olhar feminista que se desmascaram as violências que nos assolam - nós mulheres. (MARTINS, ALAGIA.2020. p.2)

Neste capítulo, a discussão principal será sobre as violências que as mulheres sofrem dentro da sociedade e, principalmente, como esse ciclo de violência delimitou o acesso das mulheres aos espaços, aos seus corpos e aos seus direitos. Desta maneira, pretendemos dividir o segundo capítulo em duas subseções: na subseção 2.1: Violência de gênero, onde pretendemos nos debruçar sobre a raiz dessa violência; na subseção 2.2, discutiremos as principais violências que aparecem no trabalho das *mujeres publicas*: [a] padrão de beleza, [b] violência legislativa, [c] trabalho doméstico, [d] violência religiosa, [e] troféu de guerra e, por fim, a [f] sexualidade.

2.1 Violência de gênero: a guerra contra as mulheres

Ao pensar em uma mulher, pensamos imediatamente nos padrões que são impostos sobre ela, mesmo que subconscientemente. Isso faz parte da violência imposta sobre os corpos femininos, porém essa violência possui uma origem e uma motivação. Ela se origina no sistema patriarcal, onde o poder se concentra nas mãos de homens brancos ricos heterossexuais, e é motivada pela necessidade de subalternizar mulheres e dominá-las como territórios (FRENCH, 1992).

Historicamente, nos conflitos ao redor do globo, o corpo das mulheres é utilizado como instrumento de guerra, principalmente através de estupros como forma de violência contra o indivíduo, considerado inferior por sua etnia, nacionalidade, gênero ou religião. É utilizado como método de purificação étnica e esbulho de guerra, provocando desonra não apenas contra a vítima, mas também contra a família, além de causar impactos psicológicos e emocionais duradouros na vítima, deixando cicatrizes por toda a vida (VERENICZ, 2022).

A pilhagem que se desencadeia sobre o feminino se manifesta tanto em formas de destruição corporal, sem precedentes, como nas formas de tráfico e comercialização do que esses corpos podem oferecer, até o último limite. Apesar de todas as vitórias no campo estatal e da multiplicação de leis e políticas públicas de proteção para as mulheres, sua vulnerabilidade frente à violência tem aumentado especialmente na ocupação depredadora dos corpos

femininos ou feminizados no contexto das novas guerras. (SEGATO, 2016, p.58)

No contexto social ocidental, além do gênero, a violência é também uma categoria que une as mulheres. Existe uma guerra não declarada contra o corpo feminino, que não é recente, mas ajudou e continua a sustentar o patriarcado.

O incessante esforço masculino no transcorrer dos séculos conseguira atirar a posição feminina ao seu ponto mais baixo: as mulheres não possuíam quase nenhum direito humano - não tinham expressão política, não eram proprietárias, não geriam negócios por conta própria e não tinham sequer direito sobre seus corpos. (FRENCH, 1992, p.11)

Apesar da análise de French (1992) se referir a um período anterior ao século XIX, ela poderia facilmente se encaixar em uma leitura do século XXI. Com o decorrer do tempo e às custas de muita luta, protestos, marchas e manifestações, as mulheres conseguiram alcançar alguns poucos direitos legislativos, mas isso não refletiu a necessidade de dividir igualmente as tarefas com os homens, seja no cuidado com os filhos, nas tarefas domésticas ou na responsabilidade de arcar com suas próprias atitudes. Isso inclui a exploração laboral, quando as mulheres alcançam postos de trabalho, mas continuam a carregar todo o trabalho de cuidado humano e doméstico. A exaustão foi uma das principais armas utilizadas pelo capitalismo para reprimir o crescimento feminino e as pautas feministas em diversas esferas da sociedade.

O trabalho de cuidado relegado ao feminino cria um imaginário social de que é da 'natureza' da mulher cuidar e que ela precisa constantemente desempenhar esse papel social. Nesse processo, a própria mulher acredita e aceita essa função, ainda que inconscientemente, e acaba por se responsabilizar por todos à sua volta, sejam eles seus filhos, maridos, parentes, amigos ou não. A sobrecarga, a baixíssima remuneração e a ausência de reconhecimento contribuem para a manutenção da submissão, além do imaginário coletivo de família. Entretanto, basta observar rapidamente a realidade da classe feminina trabalhadora atual para perceber que os homens não são mais os únicos provedores dos lares.

Segundo French (1992, p. 14), “À medida que os controles familiares e da comunidade são erodidos, os homens falham cada vez mais no sustento dos filhos que geram e usam de violência contra as mulheres, filhas, esposas, amantes, mães, irmãs e estranhas.” No Brasil, 50,8% dos lares têm mulheres como chefe de família e 56,5%

delas são mulheres negras, segundo o boletim do Dieese em 2022. Na Argentina, 47,7% das mulheres lideram os lares, de acordo com o Casen entre 2022 e 2023.

Essa guerra tem como principal alvo não apenas as mulheres, mas também seus corpos. Ao construir relações que têm sua base na violência, o controle e a dominação sobre os corpos aumentam, especialmente em relação à reprodução, pois isso garantirá a perpetuação do modelo patriarcal. A maternidade é um papel cruel e, em sua maioria, solitário. Com o avanço da ciência e da informação, mulheres começam a rejeitar a gravidez compulsória e escolhem não gerar. Pode-se perceber como instâncias religiosas e governamentais se articulam para nos fazer repensar essas decisões, entretanto, dificilmente com uma proposta que garanta maiores salários, maior tempo de licença maternidade, estabilidade financeira, melhores condições laborais, garantia de emprego, divisão igualitária das tarefas domésticas, inclusão do filho nos locais de trabalho com creches ou brinquedotecas de apoio, entre outros.

Uma vez vista como mãe, dificilmente retorna-se à categoria mulher. O distanciamento criado entre essas duas nomenclaturas impõe na vivência uma noção de que uma criança precisa do papel de MÃE, quando na verdade, a criança em sua plena infância necessita de um adulto que desempenhe um papel de cuidado, e isso não está totalmente correlacionado à maternidade.

O acúmulo de funções e tarefas na vida das mulheres é constante. Uma menina nasce e, logo após a primeira infância, já se responsabiliza pelos irmãos, começa a cuidar da casa para ajudar os pais e, em seguida, precisa trabalhar fora para contribuir financeiramente em casa. Então, se casa e torna-se mãe. Nenhuma dessas funções substitui a outra; elas são cumulativas, gerando um ciclo contínuo. A quebra desse ciclo com planejamento familiar, a escolha de não ser mãe ou de dividir tarefas domésticas ameaça a soberania masculina. Como o corpo feminino é tido como público/social, sempre existe uma opinião, uma estrutura ou ambos tentando impedir que uma mulher tome suas próprias decisões, seja sobre sua vida ou sobre seu corpo.

Os homens, para serem inseridos dentro do processo de masculinização precisam romper, durante o seu desenvolvimento, com aquilo que os aproxima do feminino, cooptando o corpo feminino como propriedade e entendendo o feminino como inimigo. A partir disso, existe um pacto tácito entre os homens, uma união intrínseca que dificilmente é mencionada ou percebida, mas que dita regras sociais no nosso dia a dia.

São pactos como esses que estabelecem conflitos diretos e indiretos contra o corpo das mulheres, e essa guerra só existe porque alguém lucra com ela.

Com a única base para a solidariedade masculina é a oposição à mulher e porque sua finalidade é substituir o vínculo primitivo com a mãe a quem os homens associavam qualidades essenciais à vida - nutrição, compaixão, suavidade e amor - construir a solidariedade masculina sempre acarretou uma forma de brutalização. Os ritos de iniciação ensinam os meninos a desprezar e erradicar características "femininas" Substituindo-as por dureza, renúncia (não abnegação), obediência e deferência por homens "superiores". Eles criam um vínculo diferente do amor, um instrumento para um bem "mais importante", um objetivo transcendente - o poder. Muitos ritos de puberdade exigem especificamente que homens rejeitem as mães e com elas o mundo do "feminino". (FRENCH, 1992, p.17)

Em tal perspectiva da busca pelo poder, pode-se observar que os homens são ensinados a admirar apenas outros homens (aqui especificamente homens cisgêneros heterossexuais), como se as mulheres não fossem dignas de admiração em qualquer patamar em que estejam. Há uma necessidade de manter os homens envoltos em ciclos de masculinidade, pois o patriarcado-capitalismo se retroalimenta concentrando lucro e poder nas mãos de poucos homens brancos ao redor do mundo, às custas da exploração e do sofrimento das mulheres.

O sistema econômico capitalista nos obriga a vender nossa força de trabalho e, consequentemente, nosso corpo, saúde e tempo de vida. É se aproveitando disso que o patriarcado se utiliza dessa exploração para sobrecarregar a mulher em outras instâncias para além do trabalho remunerado, encarregando-a de trabalhos outros como fruto da 'natureza feminina'. É essencial manter o feminino sobrecarregado, adoecido e entristecido, pois é nesses sentimentos que moram a inércia que impede as mulheres de encontrarem o feminismo e a luta.

Nessa perspectiva, o corpo-território da mulher é alvo em diversas frentes e ao mesmo tempo é instrumento de luta. São inúmeras as violências sofridas que perpassam por padrões de beleza, leis de cerceamento dos corpos femininos e feminizados, trabalho doméstico como obrigação feminina, violência doméstica, violência religiosa, violência sexual como prática de controle psicoemocional, lesbofobia. Essas são apenas algumas das violências que permeiam os corpos das mulheres e que iremos discutir no próximo ponto.

Essa articulação entre corpo e território, de modo mais amplo, “coloca no centro o comunitário como forma de vida”, permitindo abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da “escala mais micro, mais íntima, que é o corpo”, “primeiro território de luta”. O corpo, e notadamente o corpo feminino e de outros grupos dissidentes, revela a concretude de inúmeras “outras escalas de opressões, de resistências: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social, território indígena, etc.” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017:43) A autora afirma que a concepção “corpo-território” é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários” e inclui suas posições dentro do que denomina “novos olhares ecofeministas desde o Sul” (que inclui seu “Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo”, criado em 2012). (HAESBAERT, 2020. p. 80)

O que diz Cruz Hernandez nos ajuda a compreender como o corpo e o território estão interligados e a maneira como podemos estabelecer dentro da geografia um entendimento sobre o espaço e o corpo feminino. A partir disso, ao analisar as violências recorrentes sob o corpo das mulheres, somos capazes de articular a interseccionalidade que transita pelo corpo-território feminino através do agrupamento de inúmeras violências buscando a subalternização das mulheres em nossa sociedade.

Concluindo, podemos dizer que a violência de gênero pode ser definida como qualquer tipo de violência física, psicológica, sexual ou simbólica praticada contra um indivíduo por sua identidade de gênero ou orientação sexual. E suas vítimas são, em sua maioria, mulheres. Isso foi demonstrado com o que já foi dito anteriormente, através das relações sociais das mulheres, que são permeadas de violências, sobretudo contra seus corpos.

2.2 Violências

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de um quarto das mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos e que já se relacionaram foram submetidas a violência física e/ou sexual. A OMS também afirma que 38% dos crimes cometidos contra as mulheres são executados por seus parceiros¹². De acordo com Gago (2019), corpo território é um conceito político que evidencia a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas), implicando em

¹² Violence against women. World Health Organization. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em 07 de mar. de 2024

violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação. Isso significa dizer que ao violentar o corpo de uma mulher, o corpo do grupo social de mulheres é violentado coletivamente.

Segundo Cruz Hernandes (2020), para se defender desta usurpação, que como apontamos anteriormente é feita pelo que bell hooks (2009) chama de patriarcado capitalista supremacista imperialista branco, as mulheres devem utilizar a voz, práticas de resistência e estratégias individuais e comunitárias. O coletivo *Mujeres Públcas*, por exemplo, utiliza o artivismo como defesa destas violências.

A seguir, iremos nos debruçar sobre as principais violências diárias nas vidas das mulheres e que são recorrentemente denunciadas pelo *Mujeres Públcas*, através do artivismo e de ações coletivas de mulheres para outras mulheres e a sociedade em geral.

2.2.1. Padrão de beleza

A beleza costuma ser vista como sinônimo de riqueza já que ao longo do tempo histórico apenas aqueles com poder aquisitivo alcançavam a beleza ou os materiais que poderiam transformar o feio em belo. O padrão de beleza é um dos braços do patriarcado. Ao perceber o crescimento do feminismo e a percepção de que as mulheres lutariam pela própria vida e não aceitariam mais serem domesticadas, a reação do capitalismo-patriarcado foi aumentar a pressão estética. Vemos então dietas, cosméticos, cirurgias plásticas com finalidade estética, transtornos alimentares, transtornos de imagem, entre outros, que escancaram uma violência simbólica e psicológica, e que muitas vezes acabam por levar mulheres à morte (WOLF, 1992).

A narrativa inicial infere que a beleza existe e, se ela existe, a mulher deve adquiri-la a fim de ser objeto de desejo do homem, já que os homens lutam por mulheres belas e essas têm êxito na reprodução. Esse imaginário ignora que a beleza é uma indústria que lucra com a insegurança de várias mulheres ao redor do globo, além de manter o controle do corpo feminino nas mãos dos homens. Não é sobre a imagem exterior que é passada, e sim sobre a docilização dos corpos, a obediência.

O mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência. A juventude e (até recentemente) a virgindade foram "bonitas" nas mulheres por representarem a ignorância sexual e a falta de experiência. O envelhecimento na mulher é "feio" porque as mulheres adquirem poder com o passar do tempo e porque os elos entre as gerações de mulheres devem sempre

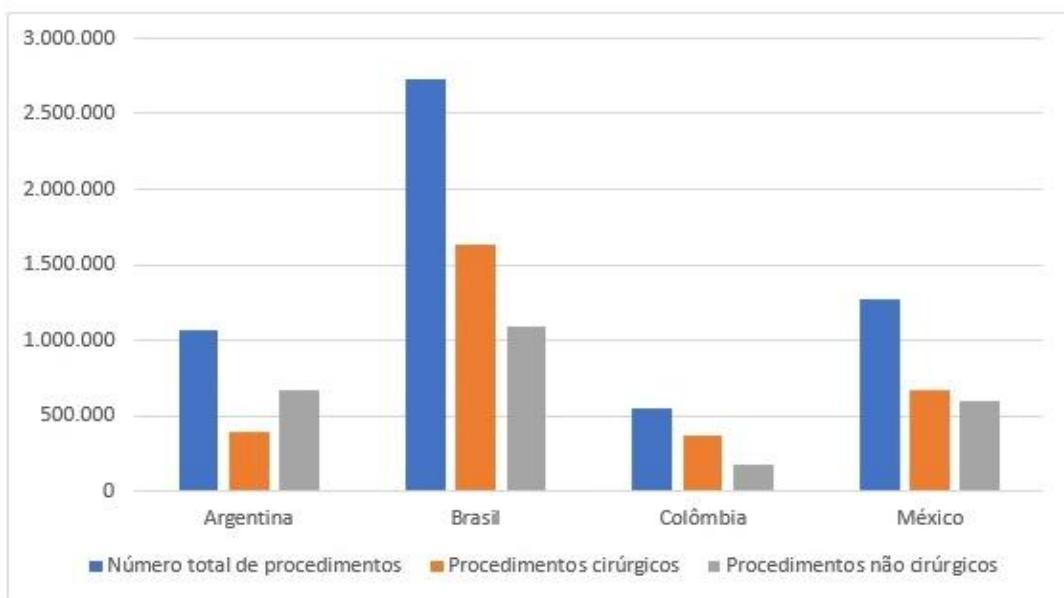
ser rompidos. As mulheres mais velhas temem as jovens, as jovens temem as velhas, e o mito da beleza mutila o curso da vida de todas. E o que é mais instigante, a nossa identidade deve ter como base a nossa "beleza", de tal forma que permaneçamos vulneráveis à aprovação externa, trazendo nosso amor-próprio, esse órgão sensível e vital, exposto a todos. (WOLF.1992. p.17)

Percebeu-se a necessidade de explorar o medo e a ansiedade feminina em contrapartida às ameaças que os homens sentiram ao longo da expansão do feminismo e da liberdade das mulheres. É fundamental que as mulheres acreditem que tudo nelas está errado, desde sua infância até a terceira idade, que valem menos. "Um superconsumo de produtos estéticos que tem por contrapartida um culto ao corpo inquieto, obcecado, sempre insatisfeito, marcado pelo desejo anti-idade, anti peso, antirugas, por um trabalho interminável de vigilância, de prevenção, de correção de si" (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 211). Dessa maneira, opulenta-se a indústria da beleza, mantendo-nos escravas do mito da beleza - um padrão inalcançável e irreal. Isso porque imagens de mulheres reais representam uma liberdade que nos é negada veementemente.

O Brasil ocupa o segundo lugar dentre os países que mais realizam cirurgias plásticas com objetivo estético ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América. Segundo a Sociedade Internacional da Cirurgia Plástica (ISAPS) 86% dessas cirurgias são realizadas por mulheres e apenas 13% por homens. Um reflexo de como o padrão de beleza se impõe socialmente e mentalmente de uma maneira tão forte que as mulheres não hesitam em arriscar a própria vida em prol de um objetivo estético inalcançável.

O levantamento da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) aponta que o Brasil lidera o ranking de cirurgias plásticas em jovens entre 13 e 18 anos, nos últimos 10 anos essa procura aumentou 141% entre os jovens e o principal motivo apontado é a insatisfação com a própria imagem.

Gráfico 1 - Número de procedimentos estéticos em países da América Latina em 2021



Fonte: ISAPS INTERNATIONAL SURVEY ON AESTHETIC/COSMETIC PROCEDURES Performed In 2021

A obsessão com a aparênciâa leva muitas mulheres a recorrerem a clínicas clandestinas principalmente as mais pobres, já que esses estabelecimentos oferecem preços mais baixos. Mulheres com dupla e tripla jornada de trabalho não possuem tempo, dinheiro e tem inúmeras outras prioridades como pagar as contas e se alimentar, são engodadas numa rede que brinca com o sonho da beleza ideal delas e que por muitas vezes vira uma sentença de morte. Tais clínicas quase sempre apresentar condições insalubres, sem estruturas e profissionais capacitados. Em novembro de 2023, por exemplo, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, um médico peruano e um falso anestesista colombiano foram presos em uma clínica de estética clandestina durante uma cirurgia de lipoaspiração¹³.

Ao observar as ações nomeadas de “*Esta Belleza*”, “*Mujer Colonizada*” e “*Museo de la Tortura*”, podemos observar as críticas que o coletivo *Mujeres Públicas* faz aos padrões de beleza que afetam diariamente a vida das mulheres ao redor do globo. O contato com as redes sociais junto com a nova profissão de “influenciador” e a sociedade de consumo, são ingredientes que prejudicam a percepção das mulheres sobre sua própria autoimagem. Com a autoestima abalada, muitas mulheres se endividam e

¹³ Médico e falso anestesista são presos em clínica de estética irregular no RJ. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/medico-e-falso-anestesista-sao-presos-em-clinica-de-estetica-irregular-no-rj/#:~:text=O%20m%C3%A9dico%20peruano%20Jaime%20Javier.em%20Nova%20Igua%C3%A7u%20C%C2%80na%20Baixada>. Acesso em: 26 fev.2024.

recorrem a clínicas clandestinas para realizar procedimentos estéticos e cirurgias, que por vezes, resultam em morte ou na deformação de corpos saudáveis.

A ode à juventude se agarra à luta contra o tempo uma batalha que já foi vencida pela efemeridade antes mesmo de começar. Passamos a vida admirando antiguidades na arte, na arquitetura, na história, mas rechaçamos a velhice quando se trata do corpo feminino.

Pode-se inferir que o padrão de beleza se sustenta no apagamento da autoestima feminina e utiliza-o para lucrar e enfraquecer a noção das mulheres sobre os seus respectivos corpos. Dessa forma, o mito da beleza se caracteriza como uma violência que explora o corpo-território feminino afim de dominá-lo e subalternizá-lo, visando o lucro no sistema capitalista e a manutenção do controle patriarcal perante a sociedade contemporânea.

2.2.2. Violência Legislativa

Os Direitos humanos¹⁴ são garantidos aos homens, cidadãos do mundo, devido ao preconceito de gênero e à hierarquização que subordinava as mulheres; elas só conquistaram os direitos humanos das mulheres muito depois. Até pouco tempo mulheres não eram vistas enquanto cidadãs na sociedade, por isso a afirmação de Beauvoir, 1949 “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” permanece atual. Os direitos femininos estão constantemente ameaçados porque eles não são garantidos, e podem ser revogados a qualquer momento.

A então declaração dos Direito Humanos das Mulheres, reconhece a persistente desigualdade de gênero e como ela se perpetua através dos próprios Estados Conforme demonstra Espínola (2018, p. 37):

[...] os tratados internacionais de direitos humanos assumem uma dimensão ímpar no tocante a existência, garantia e efetividade dos direitos humanos da mulher, uma vez que as normas internas dos Estados não são suficientes na busca da vivência da dignidade e valor da pessoa humana, em especial a dignidade da mulher sob as vestes do princípio da igualdade. De início,

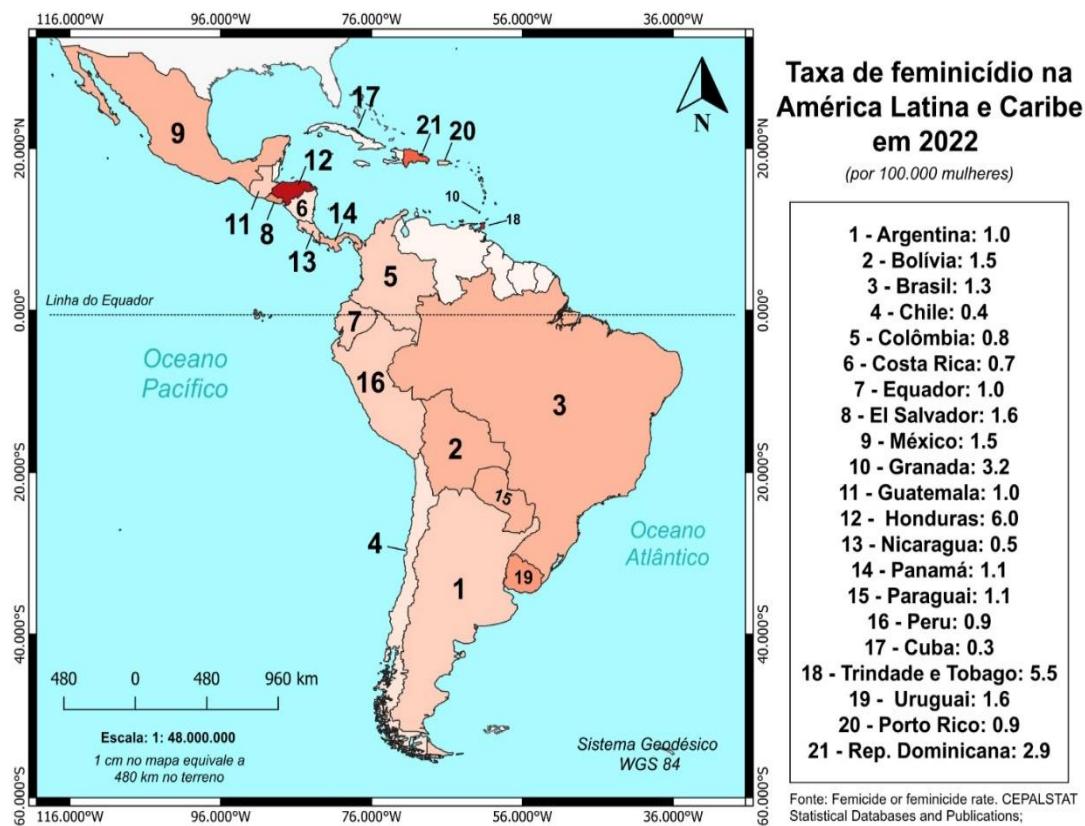
¹⁴ De acordo com a UNICEF “Os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles”.

observa-se que os Estados nacionais, por meio das suas legislações expressas – ou pela ausência destas –, colaboram na perpetuação de justificativas históricas, culturais e religiosas que reiteram a desigualdade entre a mulher e o homem. Em face dessa lacuna, o Direito Internacional apresenta-se como esteio normativo positivado, impulsionando as mudanças nos ordenamentos jurídicos internos ao mesmo tempo em que estrutura uma ordem jurídica global assentada na existência de Tribunais Internacionais e na validação de mecanismos de controle do cumprimento dos Diplomas de Direitos Humanos.

Apenas em 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece o combate à desigualdade de gênero e somente anos mais tarde alguns países iniciam a implementação de algumas leis para tentar atingir a igualdade de gênero. Entretanto, o fato de as estruturas institucionais insistirem na dicotomia homem e mulher e na superioridade masculina muitas dessas leis corroboram para a manutenção das violências experienciadas pelas mulheres por não serem respeitada, aplicadas corretamente ou ignoradas pelos próprios agentes da lei.

Leis de combate à violência contra a mulher (doméstica, médica, sexual, moral psicológica, patrimonial e física) existem na contemporaneidade após anos de luta dos movimentos feministas contudo isso não significou o fim ou a diminuição dessa violência, apenas que conseguimos categorizar e quantificar parcialmente o quanto a mulher é alvo de violência em nossas sociedades.

Mapa 1 - Taxa de feminicídio em países da América Latina e Caribe em 2022 a cada 100.000 mulheres



Fonte: Elaboração do autor com base em *Femicide or femicide rate*. CEPALSTAT Statistical Database and Publications. Disponível em:
<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=4&lang=en>

Ao denunciar esses crimes tipificados por lei as mulheres enfrentam julgamentos, maus tratos, desrespeito e uma nova violência dos agentes públicos que deveriam defendê-las, das brechas na lei e da sociedade que a condena e culpabiliza constantemente. Dessa forma, ocorre o processo de revitimização da vítima que é quando mesmo cessada a violência original ela segue sendo exposta à violência de forma continuada, repetitiva e sistemática.

São inúmeras as barreiras enfrentadas pelas mulheres institucionalmente desde a garantia de direitos básicos como ocupar espaços no mercado de trabalho e remuneração adequada até direito ao aborto legal e viver sem violência. Uma das principais reivindicações do movimento feminista pelo mundo ainda hoje é o direito ao próprio corpo, esse direito além de socialmente negado ainda é institucionalmente negado mesmo com os avanços de leis contra o feminicídio e legalização do aborto no imaginário geral mulheres seguem como cidadãs de segunda classe, isso quando são

reconhecidas como cidadãs e não apenas um mero produto do meio em que sua existência se resume em reproduzir, servir e cuidar.

Nas manifestações artísticas das *Mujeres Publicas* intituladas: Todos com la misma aguja, Globitos Aborto, 8 de marzo, Afiche escudo e Aborto legal a crítica se faz principalmente a omissão do Estado em garantir as mulheres o direito aos seus corpos e a sua liberdade. A legislação falha quando é incapaz de frear a violência contra a mulher mesmo com pena prevista em lei, falha quando obriga crianças a gerarem outras crianças ainda que seus corpos não estejam prontos para tal, falha quando obriga mulheres a terem filhos frutos de estupro, quando são incapazes de proteger meninas e mulheres e sistematicamente abjeta a elas meios e métodos para se defenderem das violências a que são expostas em diversas instâncias sociais, políticas e econômicas.

2.2.3 Trabalho Doméstico

A luta feminista branca teve, por muito tempo, como pauta o acesso aos postos de trabalho. As mulheres negras, em contrapartida, devido à herança da escravidão, desde cedo eram obrigadas a trabalhar. Ao serem incluídas como classe trabalhadora, ambas, mesmo com diferentes diferenças socioeconômicas, compartilhavam o trabalho doméstico não como um trabalho, mas como um dever atribuído ao gênero feminino. Somente tempos depois, ao observar a sobrecarga, as mulheres brancas perceberam que a dupla e as mulheres negras, a tripla jornada de trabalho, não eram atribuições naturais de gênero, mas sim decretos do sistema patriarcal-capitalista.

O questionamento começa na tentativa de distribuir o trabalho doméstico entre mulheres e homens; entretanto, mesmo assim, a mulher sempre acabava por ficar mais atarefada. Iniciou-se então uma discussão dentro do movimento feminista a respeito de imputar uma remuneração ao trabalho doméstico, não como forma de silenciar a luta, mas sim como um processo das batalhas enfrentadas pelo corpo feminino, visando reconsiderar o papel relegado às mulheres na sociedade.

É importante reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas, sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. [...] A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração,

supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta. (FEDERICI, 2019. p. 42-43)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁵ diz que a proteção à maternidade na América Latina está habitualmente relacionada às condições de trabalho e às contribuições aos sistemas de seguridade dos Estados Latino-Americanos. Portanto, um contrato formal de trabalho ou ser uma trabalhadora autônoma impacta diretamente neste direito.

Na América Latina, segundo a OIT, as mulheres enfrentam um grande problema quanto ao uso do direito à licença maternidade por fatores como: [a] elevados índices de empregos informais, [b] contribuições previdenciárias abaixo do valor real do salário e [c] ausência de serviços sociais que possam auxiliar as trabalhadoras na dupla jornada de trabalho, em casa e na rua. Além disso, a mobilidade urbana nos grandes centros urbanos é outro desafio para as mulheres quando retornam aos seus postos de trabalho e precisam amamentar os filhos recém-nascidos.

Tabela 2 - Aspecto de proteção da maternidade em geral e para as trabalhadoras domésticas na América Latina e Caribe

País	Proteção	Licença pré e pós natal	Porcentagem do salário	Estabilidade e duração	Quem financia
Argentina	Não há cobertura legal	90 dias (45 dias pré e 45 pós)	100% do salário	15 meses (7 meses e meio pré e	Seguridade Social

¹⁵ O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe. Notas OIT. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233992.pdf. Acesso em 07 mar. 2024.

				pós natal).	
Brasil	Legislação	Total 120 dias (28 dias pré e 94 dias pós natal) + 2 meses por negociação coletiva	100 % do salário mensal	6 meses pós retorno ao trabalho	Seguridade Social
Bolívia	Leis especiais	Total 90 dias (45 pré e 45 pós natal)	100 % do salário Mínimo	Até 1 ano	Seguridade social
Chile	Legislação	18 semanas (6 pré e 12 pós natal)	100 % até certo limite	Desde a gravidez até 1 ano depois	Seguridade social
Colômbia	Não existe cobertura legal	12 semanas	100 % do salário anterior à licença	3 meses	Seguridade social
Equador	Não existe cobertura legal	12 semanas	100% do salário	Existe, exceto casos especiais	Mista: 75% seguridade social, 25% empregador
Paraguai	Legislação	12 semanas	50% por 9 semanas	Não menciona	Seguridade Social
Peru	Legislação	90 dias (45 pré e 45 pós natal)	100% do salário	3 meses	Seguridade social

Uruguai	Legislação	12 semanas	100% do salário	Não menciona	Seguridade social
Venezuela	Não existe cobertura legal	18 semanas	100% do salário	Durante gravidez e 1 ano depois	Seguridade social

Fonte: O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe. Notas OIT. Disponível em:

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233992.pdf. Acesso em: 07 mar. 2024

Países como Argentina e Brasil possuem políticas que interagem com a proposta citada por Federici, mas estão distantes de contemplar a real necessidade das mulheres e do movimento feminista. Como vimos na tabela 2, no Brasil¹⁶, a constituição federal de 1988 observa à mulher o direito à licença maternidade de 120 dias (podendo ser expandida até 180 dias para servidoras públicas). Nas empresas privadas, essa decisão fica a cargo do empregador, e se concedida, há direito a um incentivo fiscal.

Na Argentina¹⁷, a licença maternidade é remunerada durante 90 dias, podendo ser ampliada por mais 90 dias sem remuneração. Em 2021, um decreto reconheceu que a cada filho nascido desconta-se um ano de contribuição de trabalho para a mãe, para filhos adotados são descontados dois anos de contribuição, e para filhos portadores de deficiência (PCD), três anos são considerados para a contagem do tempo de contribuição para a aposentadoria.

Mesmo com as perspectivas de desigualdade entre gêneros e da importância da maternidade socialmente, ambos os países não reconhecem completamente o trabalho diário, a dupla e tripla jornada como agravantes da desigualdade de gênero, nem como atividades necessárias para a reprodução social. A invisibilização produzida pelo capitalismo foi muito bem-sucedida, fazendo-nos acreditar que é natural o trabalho doméstico ser relegado ao feminino.

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o

¹⁶ Artigo N° 392 da Consolidação das Leis de Trabalho. Existe um projeto de lei PL 6.136/2023 que visa aumentar o prazo da licença-maternidade de 120 para 180 dias e o compartilhamento para até 60 dias com cônjuge ou companheiro

¹⁷ Artigo N° 177 dos Contratos de Trabalho Argentina

capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. (FEDERICI, 2019. p. 44)

Com os protestos denominados *"Trabajo Doméstico"* e *"Dios Manda"*, as *Mujeres Publicas* expõe a exploração cotidiana das mulheres no trabalho doméstico e questiona por que esse papel é imposto ao feminino, tanto pelo Estado quanto pela sociedade. O projeto de docilização dos corpos femininos foi tão eficaz que muitas vezes as mulheres acreditam que cuidar dos filhos e da casa é realmente uma função exclusiva delas, mesmo detestando esse papel e enfrentando exaustão e sobrecarga.

2.2.4 Violência Religiosa

Historicamente, o patriarcado e as religiões crescentes ou dominantes no Ocidente estiveram interligados. Não é à toa que os líderes religiosos, antes e agora, são em sua maioria homens. A efígie de um Deus homem também fortalece a ideia da mulher submissa. Essa perspectiva, por vezes, ao invés de criar uma atmosfera segura e de acolhimento na espiritualidade, condena mulheres a manterem relações abusivas, controla seus corpos e influencia a visão de si mesmas a partir do medo e da proibição.

A caça às bruxas promovida pela Igreja Católica ao longo do século XV na Europa condenava mulheres que fugiam da norma comportamental imposta. O simples questionamento sobre seu papel na sociedade ou a recusa à fé católica transformava uma mulher em bruxa. Sentindo-se ameaçada, a igreja corporificava o mal na figura da mulher, dessa maneira, o crescimento da religião e do capitalismo não seriam suprimidos. A punição para a bruxaria era muito cruel, marcada principalmente pela prisão perpétua, enforcamento e morte pela fogueira.

Livros como o *"Martelo das Feiticeiras"* foram escritos como um guia para lidar com bruxas e bruxarias. Ele associa as mulheres ao diabo como forma de desacreditá-las e impõe que elas precisam ser controladas e acompanhadas de perto, pois são consideradas fracas e sem a luz da igreja se tornam instrumentos do diabo.

A caça às bruxas não terminou; ela persiste até hoje de forma mais enraizada e sutil, condenando mulheres em diversas instâncias, sobretudo nas igrejas cristãs. São inúmeros os casos de mulheres que permanecem em relacionamentos violentos, abusivos e tóxicos porque, ao buscar aconselhamento com seu líder religioso, são instruídas a não considerar a possibilidade de divórcio. Em vez disso, são aconselhadas a orar para que Deus toque o coração de seu cônjuge.

A estreita relação entre a religião e a perpetuação da violência não pode ser ignorada ao tratarmos da violência doméstica contra as mulheres. Os sistemas religiosos contribuem para a violência contra as mulheres ao afirmarem sua submissão e secundariedade. A linguagem simbólica ritualizada tem um grande poder de impor-se como norma, como regra, legitimando comportamentos. Se a religião afirma a submissão, a obediência e a responsabilidade feminina pela manutenção do lar, ela afirma também a legitimidade da violência contra as mulheres. (OSHIRO; SOUZA, 2018.p. 211-212)

A forma de se vestir, a maneira de se comportar, de cuidar e de viver se tornam competências religiosas dentro do cristianismo. Nessa ideia de pecado, acaba-se pedindo perdão inclusive por existir. O acalento e o acolhimento prometidos no espaço da igreja nem sempre chegam para quem é mulher vítima de violência, e o discurso que obriga a mulher a permanecer submissa reforça a marginalização das mulheres dentro da religião.

Os estupros conjugais, os abortos para poupar filhos da pobreza ou violência, o núcleo familiar que questiona apenas a vítima, a manipulação masculina e a descredibilização das mulheres são situações que se mantêm ocultas na sociedade e encontram nas igrejas uma terra fértil para se proliferar e manter-se em sigilo. Manifestações das *Mujeres Publicas*, como "Cajita de Fósforo" e "Estampita", denunciam a limitação que as igrejas exercem sobre o corpo feminino, muitas vezes cerceando sua liberdade, inclusive seu direito de viver sem sofrer violência.

Num espaço que diz acolher a todos, condensa-se o comportamento feminino que não se submete a tudo, enquanto abraça a violência e o erro masculino. Quem cuida das mulheres que cuidam? Este é um questionamento que tem sido feito dentro do feminismo já há algum tempo. O silenciamento e o apagamento do sentimento feminino, além das justificativas que distorcem palavras bíblicas com o fim de culpar constantemente o comportamento feminino, mesmo que este esteja dentro da norma, evidencia o pacto da masculinidade que busca protegê-los apesar de tudo, incluindo

crimes, desvios morais, manipulação, ausência de caráter, fuga da responsabilidade, entre outros comportamentos presentes na sociedade masculina.

2.2.5 Troféu de Guerra

A concepção de uma cultura do estupro manifesta-se na década de 1970, quando Brownmiller (1975) questiona as justificativas que imputavam às mulheres as culpas pelos estupros sofridos, colocando a sexualidade masculina como naturalmente feroz e a feminina como um receptáculo passivo do desejo masculino. A cultura do estupro é um termo usado para se referir à proteção social implícita e explícita que homens têm após cometerem o crime de estupro. É o nome que se dá à tolerância das ações masculinas de violência sexual que ignoram a dor da vítima. Ensina-se às mulheres a se comportarem adequadamente, a não andarem sozinhas, a não vestirem roupas provocativas etc., para evitarem o estupro, como se o comportamento feminino tivesse alguma relação com a conduta sexual masculina (HERMAN, 1984; GRIFFIN, 1971).

O estupro aparece antes mesmo da socialização e da chamada civilização, como uma prática cruel que buscava demonstrar o poder do mais forte sobre o mais fraco, deixando sobre a vítima um trauma irreversível. Durante o processo histórico, o estupro foi e ainda é utilizado como arma de dominação em guerras e fora delas. Por isso, concordamos com Segato quando ela diz que existe uma guerra contra o corpo das mulheres.

A violência sexual é o símbolo mais profundo dessa guerra; ela impõe o ceifamento da dignidade humana. É um crime quase perfeito, pois não utiliza bombas nem envolve a diplomacia das relações internacionais. Ele acontece continuamente ao redor do globo, subjugando a vida feminina independente de sua origem ou posição geográfica. Mulheres brancas do continente europeu (na guerra do Kosovo), do Sudoeste Asiático (na guerra do Iraque) e na própria ditadura civil-militar brasileira são alguns destes exemplos.

Entretanto, historicamente as mulheres são consideradas cidadãs de segunda classe, e nenhum questionamento ou manifestação do que acontece contra elas tem o poder de cessar as violências vigentes. Por isso, os movimentos feministas

têm procurado entender a violência sexual ou sexualizada a partir de perspectivas que não vitimizam as mulheres, nem são paternalistas ou criminalizadoras em relação aos sujeitos e corpos envolvidos, denunciando a (auto)invisibilização e a naturalização que são impostas para perpetuá-la” (MARCHESE, 2020, p.278, tradução nossa).

A ode ao falo e a hiperssexualização de todos os atos femininos pelos homens colaboram com a cultura do estupro, sendo usadas para justificar crimes de violação sexual que são injustificáveis. Isso mantém a ideia de que o homem é um animal macho que não consegue conter seu "instinto" perante uma fêmea, o que a ciência já provou ser um completo equívoco. Não existe uma "natureza humana" fixa; somos produtos das relações sociais e das construções culturais em que estamos inseridos.

Na cultura do patriarcado, na qual é albergada a cultura do estupro como instrumento para a sua manutenção, perpetuação e hegemonia, o falo tem assegurada a sua majestade. Salientando que o falo não corresponde apenas ao pênis, mas a um pênis em riste, em ereção. Este falo, assim como seus congêneres reificados tais como as armas de fogo, são apetrechos indispensáveis na sanha violenta de subalternização daqueles que na cultura do patriarcado devem estar submetidos ao jugo dos detentores do poder. Atualmente, esses poderosos seriam os homens brancos, heterossexuais e detentores da propriedade privada. (CAMPOS, 2016, p.7)

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no Brasil, a cada 8 minutos uma mulher é vítima de estupro. Esses dados comprovam que, apesar das políticas de combate à violência sexual contra a mulher, não houve uma redução significativa desses crimes. O interesse social em blindar a mulher muitas vezes desvia a atenção do ponto principal, que deveria ser a prevenção e a educação dos homens para entender que o corpo feminino não é uma propriedade pública, mas sim um direito inviolável.

A existência dos estupros corretivos praticados contra mulheres lésbicas revela o caráter dominativo, o controle comportamental e a heteronormatividade compulsórias presentes na prática do estupro. As *Mujeres Públicas*, ao realizarem a ação intitulada "*Trofeo de Guerra*", explicitam a violência sexual e protestam contra ela, destacando a necessidade de conscientização e combate a essa forma de agressão.

2.2.6 Sexualidade

A marginalização da categoria mulher existente na sociedade também se reverbera em grupos subalternizados, como é o caso da comunidade LGBTQIAPN+. As mulheres lésbicas, sejam elas cisgêneras ou transgêneras, são extremamente invisibilizadas dentro e fora dos espaços queer. Grande parte das manifestações realizadas pelo coletivo *Mujeres Publicas* se concentrou nesse tema, utilizando a ironia e a exposição da dupla marginalização pelo gênero e pela sexualidade dessas mulheres para lançar luz sobre a intensa lesbofobia enfrentada por elas.

A heterossexualidade se institui na vida das mulheres desde cedo, determinando muitos comportamentos femininos ao longo da vida. A dicotomia entre mulheres e homens se estende ao entendimento da sexualidade, onde existe a heterossexualidade versus a homossexualidade. Nesse pensamento, um nunca se apresenta como igual ao outro; sempre há aquele que será subalternizado, que foge da norma ou do padrão, ou que precisa ser submisso. Essa estrutura binária e hierárquica perpetua a desigualdade de gênero e a discriminação com base na orientação sexual.

Ao fugir daquilo que se espera de uma mulher, as lésbicas muitas vezes são sentenciadas a não serem vistas nem como mulheres, nem como seres humanos. O apagamento dessas narrativas perfura os corpos e crava, junto com a sutileza do dia a dia, a lesbofobia no imaginário social.

A invisibilidade lésbica não é algo natural, mas sim resulta de vários fatores. Dentre estes, estão a misoginia, o machismo, a socialização destinada a esses corpos numa sociedade que funciona a partir de uma moralidade judaico-cristã, que por sua vez sustenta e faz funcionar uma série de binarismos, dentre os quais o masculino-feminino. Resulta também da forma como os movimentos lésbicos se organizaram ao longo da história, majoritariamente pela prática da ética do cuidado, se importando com várias demandas de outros movimentos sociais organizados e de populações vulnerabilizadas que não dizem respeito diretamente às lesbianidades. Entretanto, a recíproca a essa política ética do cuidado praticada pelos movimentos lésbicos não se efetiva a partir de outros grupos em relação às lesbianidades. E talvez um dos elementos mais interessantes que contribui para a invisibilidade seja por se constituírem como experiências, corpos e práticas que, em geral, ousam afrontar as masculinidades, colocam em xeque as normas de gênero e sexualidade, deslocam-se e se atrevem a não estar disponíveis para os usos de machos, ou a serviço dos prazeres masculinos. (SANTOS; TAGLIAMENTO, 2018. p.10)

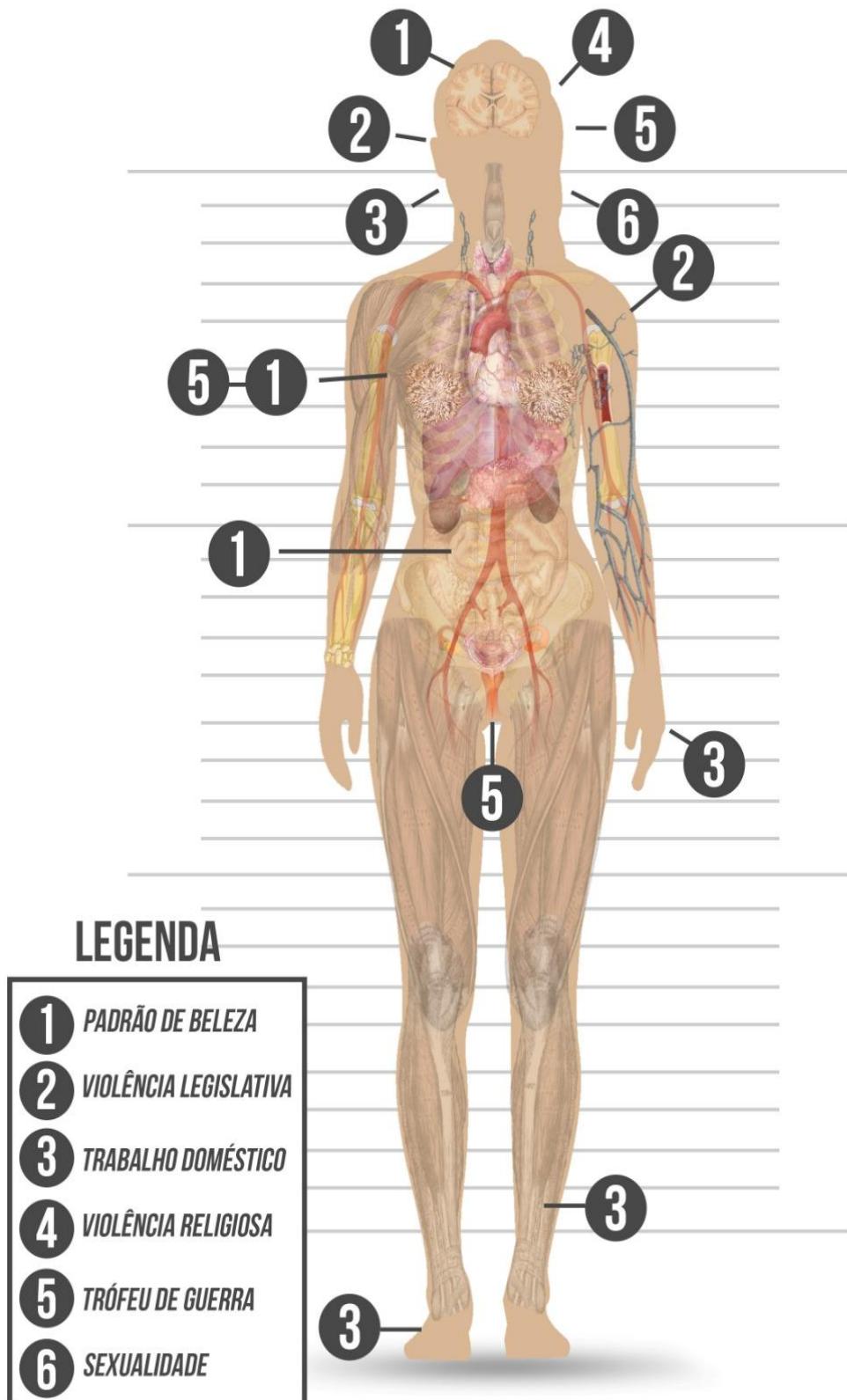
A ideia de que a mulher precisa servir ao homem, seus desejos e vontades, também se aplica à sexualidade lésbica, que muitas vezes é fetichizada ou estigmatizada, sendo reconhecida apenas para alimentar o apetite sexual masculino. Fora dessa ideia, as mulheres lésbicas voltam a ser alvo de violência, preconceito, invisibilização e condenação moral.

A lesbiandade é política, ela subverte os valores da heterossexualidade e do papel de gênero, reconsidera o papel da mulher numa sociedade machista e misógina e a sexualidade com foco no prazer feminino e não na ode ao falo.

Ao observar as violências aqui apresentadas percebi que cada uma fere o corpo-território feminino em um lugar, pensando nisso mapeei (Figura 27) as seis violências citadas em uma imagem representativa de um corpo de mulher. Após as leituras realizadas para a confecção desse capítulo percebemos que psicologicamente e emocionalmente é onde as violências mais marcam e perduram no corpo-território das mulheres.

Todas as violências acima citadas são corporificadas, invadem e perfuram o corpo feminino como balas de revólver, causando cicatrizes vitais e integra esse grande imbróglio que é a vida em sociedade. As violências expostas neste trabalho são, de alguma maneira, manifestações artísticas urbanas do coletivo *Mujeres Públicas*. O que podemos aprender com a arte feminista é o que nos leva ao próximo capítulo.

Figura 27 – Onde doem as violências de gênero



Fonte: Elaborado pela autora

CAPÍTULO 3 – POR UMA ARTE FEMINISTA E PEDAGÓGICA

Após apresentarmos, no primeiro capítulo, o nosso objeto de pesquisa, o coletivo feminista argentino *Mujeres Públicas*, as suas lutas e como elas utilizam a arte para promover o ativismo político, que aqui chamamos de "artivismo", chegamos ao segundo capítulo, abordando os diferentes tipos de violências que o corpo feminino sofre ao longo da sua existência. Essas agressões à entidade feminina não estão sobrepostas. Muito pelo contrário. Elas atuam de forma interescalares durante toda a história.

Por fim, chegamos à última seção deste trabalho, que chamamos de "Por uma arte feminista e pedagógica". Neste capítulo, debateremos como a arte tem uma função pedagógica e como ela consegue se infiltrar no engessamento estabelecido pelo patriarcado ao corpo feminino.

Nesse sentido, a pensadora feminista estadunidense bell hooks, especialmente nas obras "Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática de Liberdade" (1994) e "Feminismo é para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras" (2018), será, pela sua abordagem pedagógica transgressora que permite aos estudantes a superação das barreiras raciais, de classe e de gênero no aprendizado, a principal referência.

Portanto, não surpreende o *boom* de coletivos, grupos de estudos, manifestações, exposições de arte, entre outros, que reúnem mulheres e pautas feministas que emergem dos conflitos cotidianos. É nesses espaços que as mulheres conseguem se sentir livres e acolhidas para desabafar e criar. Nesses espaços surgem movimentos como o coletivo *Mujeres Públicas*, que, na dificuldade de existir enquanto mulher ainda no século XXI, se organizam em prol dos seus direitos.

Um corpo nunca é apenas um corpo; ele acumula vivências, traumas, perspectivas, dores, amores, entre outros. O corpo feminino, marginalizado perante o sistema patriarcal, subjuga a experiência das mulheres e as condena a viver em repressão, seja de sentimentos ou da própria liberdade. A arte é a livre expressão dos sentimentos e vivências; é quase que um processo natural que mulheres encontram na arte, seja ela mais erudita ou não, uma maneira de lidar com todas as violências cotidianas apontadas no segundo capítulo do trabalho, que assolam seus corpos em nossa sociedade.

Isso posto, a seção final do trabalho será dividida em subitens, a saber: [a] mudando e habitando espaços, [b] arte em disputa; e, [c] mulheres reconstruindo.

3.1. Mudando e habitando territórios

Ser mulher é, além de uma luta constante, saber que em certos territórios nunca seremos bem-vindas, e muitas vezes o primeiro território em que sentimos isso é no nosso próprio corpo. Fazer dele uma morada espinhosa e angustiante é um processo que aprendemos ao longo da vivência na sociedade patriarcal, e os conflitos internos se alimentam das violências, um modo de pensar que não liberta e só aprisiona. Essa percepção acaba por transpassar as fronteiras do território do corpo e se espalhar por outros territórios.

Os conflitos que cabem ao território refletem em nós, e os nossos conflitos enquanto corpos refletem no território. Ainda que o território coloque a nós mulheres imposições desde a vestimenta até a questão comportamental, continuamos numa luta constante para nos reapropriar desses territórios. Essa batalha travada pelas mulheres é parte do Feminismo, que é o movimento que se opõe à opressão feminina.

A luta pelo trabalho, pelo sufrágio, pelos direitos reprodutivos, pela liberdade sexual e feminina, pelo fim da violência doméstica e religiosa encontra, dentro de suas demandas, a necessidade radical de mudança. É na transformação das estruturas que se sustentam no masculinismo e na opressão de gênero que o feminismo busca atuar. A mudança da mentalidade patriarcal só se apresenta como possível quando repensamos o papel dos gêneros e acreditamos na igualdade de gênero em âmbito geral.

Um dos principais caminhos de alteração da realidade passa pela educação. Para Saviani (2002), a educação é transferir conhecimento, o desenvolvimento das habilidades sociais e o crescimento intelectual, buscando a formação do ser como cidadão que consegue se posicionar tendo a real noção da realidade em que vive. Considerando a perspectiva do autor, entende-se que o coletivo *Mujeres Públicas* promove, com suas ações, uma pedagogia feminista utilizando a arte como forma de promover a humanização, socialização e o debate sobre a situação da mulher na coletividade.

Entender as ações de rua que levam à provocação e à crítica como arte é um processo. A arte sempre foi classificada, de uma forma geral, como objeto de

contemplação, o que faz com que seu valor como ferramenta educacional não seja percebido, sendo vista somente como lazer (BARBOSA, 2006). Ser capaz de compreender que nós somos agentes artísticos e não apenas meros observadores da arte nos coloca como sujeitos de uma ação em que nos foi relegado somente o papel de objetos.

Um território em que ocorrem relações sociais é um espaço de ensino-aprendizagem; a pedagogia está presente também fora do ambiente escolar. A rua fala, os prédios falam, os corpos falam, o trânsito fala, o cotidiano ensina. Segundo o psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky, "a interação social é a origem e o motor da aprendizagem e do desenvolvimento intelectual" (VYGOTSKY, 1987). É no dia a dia que aprendemos a ser cidadãos, a ter humanidade, empatia e a respeitar o próximo. Esse tipo de ensino auxilia no crescimento intelectual e nas práticas sociais, alimentando a criticidade do indivíduo.

Na escola, na sociedade, na empresa, em espaços formais ou não formais, escolares ou não escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim, como não há forma única nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único em que ela acontece e, talvez, nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades. (FRISON, 2004, p.88)

A educação que ocorre nos espaços públicos contribui para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos. A necessidade dessa pedagogia se faz ainda mais requisitada em ambientes de grandes desigualdades de gênero, sociais e econômicas. O caráter problematizador, emancipador e humanizador da pedagogia feita fora da escola é, por muitas vezes, mais revolucionário do que aquele que se apresenta na educação formal.

Percebendo o coletivo *Mujeres Públcas* como produtor de uma arte feminista e pedagógica, entendemos que suas ações são parte de uma educação não formal que rompe barreiras sociais ao explanarem nas ruas de Buenos Aires suas perspectivas sobre o papel da mulher e a subversão do mesmo como alternativa. Por isso, entendemos que "[...] as práticas da educação não formal são passíveis de serem aplicadas a todos os grupos etários, de todas as classes sociais e em contextos socioculturais diversos" (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2007).

Toda mulher é artista quando busca caminhos para a sua liberdade. A percepção do seu poder de ação, produção e transformação é o que permitiu ao longo do tempo o feminismo e a arte se complementarem. A ocupação por mulheres em espaços historicamente dominados por homens é um dos fenômenos que a arte promoveu e ainda promove, refletindo mudanças sociais, culturais e econômicas significativas.

Ao ocuparem os espaços públicos da cidade, as mulheres, principalmente as que circulam a pé ou fazem uso do transporte público, são tomadas por um crescente sentimento de vulnerabilidade; há o medo constante que a violência sofrida não leve apenas seus pertences, mas também as violem moral e sexualmente. (SILVA, 2022, p.12)

A violência constante em que as mulheres correm o risco de serem submetidas, seja em âmbito público ou privado, reflete os ambientes com estruturas patriarcais. O sistema capitalista, que julga e separa os seres humanos por classe, cor, gênero ou orientação sexual, estende-se ao território, impedindo a democratização seja dos lugares, territórios ou espaços.

Ainda assim, as mulheres permanecem como minoria nos cargos de liderança. Conforme o IBGE (2022), do total de pessoas em cargos gerenciais, 60,7% eram homens e 39,3% mulheres no Brasil. Na Argentina, esse número cai para 29%, segundo o *International Business Report* (IBR, 2023). Atualmente, somente 34% das mulheres em escala mundial ocupam cargos de liderança (IBR, 2023). Esses números demonstram que, apesar da luta feminista e das mulheres ter avançado em alguns aspectos, as mulheres permanecem subjugadas, principalmente quando o assunto é remuneração salarial.

Uma seleção, feita de forma mais ou menos tácita, permite que certas pessoas ou certos grupos se apropriem ou não de lugares públicos. O espaço público não é um simples espaço livre, uma versão simples da continuidade ou extensão do espaço privado ou da habitação, nem mesmo um espaço coletivo apropriável por vizinhos. Sua vocação igualitária, seu princípio de acessibilidade, que em teoria o governa, está longe de ser uma realidade na prática. Todo mundo não é admitido em um espaço da mesma maneira. Alguns/mas podem desfrutar de mais liberdade que outros. (MONNET, 2013, p. 220)

Critérios de escolha perversos como gravidez ou trabalho doméstico ainda são justificativas utilizadas para impor salários menores às mulheres, quando deveriam ser

motivos de uma remuneração igualitária ou até maior. Além disso, a "necessidade de cursos ou experiência" é um discurso usado para evitar que mulheres ascendam de cargo, enquanto homens prosperam por meio do privilégio masculino e de critérios sexistas.

Sendo assim, podemos observar que, de acordo com o subtópico exposto, as mulheres encontraram na arte e na educação popular não formal ferramentas para enfrentar a desigualdade de gênero e as violências cotidianas. Entretanto, mesmo com as vitórias obtidas, o caminho é árduo e longo, já que as opressões persistem em diversos setores da sociedade, das instituições e do Estado, conforme vimos nos dados apontados nos parágrafos anteriores.

3.2. Arte em disputa

A arte é um lugar de disputa, assim como os corpos femininos. Por volta de 1960, as mulheres e o movimento feminista perceberam que a arte era um território a conquistar e transformar. Utilizar a arte como aliada do movimento político, cultural e democrático que se pretendia construir, alinhado com os propósitos de liberdade que cresciam, era uma oportunidade que não se poderia perder. Nesse movimento, temos influências como Frida Kahlo, Marina Abramovic, Lygia Clark e Paula Rego.

[...] forneceu às mulheres - e mulheres artistas - um contexto no qual articular suas preocupações individuais e coletivas dentro de uma noção preconcebida do político. Para artistas feministas, isso resultou mais significativamente em uma nova concepção da relação entre arte e política. [...] Isso significava que, diferentemente de seus colegas do sexo masculino, artistas feministas eram capazes de ver a arte não como comprometida ou em conflito com seus objetivos políticos, mas na verdade como a finalidade deles. Enquanto procuravam negociar uma nova relação entre arte, vida e política, elas reconheceram que a prática estética existente era em si uma forma de opressão de gênero. Como corolário disso, elas viram como a arte poderia servir como uma arma poderosa para as lutas de emancipação das mulheres, tanto dentro como fora do mundo da arte. (WARK, 2006. p.23)

A construção da arte, assim como a do território, não é neutra. Ao analisar a história, percebe-se que ambos se desenham no mundo para atender às necessidades de uma classe branca e masculina que concentra dinheiro. Dentro dessa perspectiva, nós seremos sempre os "outros" enquanto não trouxermos os holofotes para as nossas

demandas dentro da sociedade. A partir daí, pode-se compreender a organização feminista dentro das artes.

A constatação da existência de um pacto masculino, onde homens protegem e ajudam homens, mantém a organização patriarcal vigente. De acordo com Baldisserra (2021), é contra isso que as mulheres lutam, e a ocupação dos espaços urbanos é um dos movimentos de combate que encontraram por meio de cartazes, pichações, protestos, performances e intervenções.

As mulheres latino-americanas dentro de suas multiplicidades e particularidades que o feminismo marginalizado e o sul global demandam, dentro de um viés mais político, por meio do artivismo a disputa por narrarem e serem protagonistas de suas próprias histórias.

Esses movimentos de retomada de poder falar sobre si mesma, de se autorrepresentar, aparecem com frequência nas criações de artistas individuais e de coletivos feministas latino-americanos. Muitos assuntos que são da vivência comum particular e íntima na vida das mulheres são retratados em seus trabalhos. Para recuperar o corpo que é seu, mas não lhe pertence, e da imagem que é sua, mas que lhe escapa, uma grande parte das artistas engajadas com o pensamento feminista aborda sua vida privada em seus trabalhos artísticos para realizar suas representações e se comunicar com outras mulheres. (BALDISSERRA, 2021. p.139)

Autoras e ativistas discutem a imposição de um colonialismo sobre o corpo feminino (Julieta Paredes, Gayatri Spivak e Bidaseca), nomeando assim o controle e a domesticação impostas. Segundo Bidaseca (2018), o corpo feminino é terra fértil, as colônias mais antigas da humanidade. Dessa maneira, concordamos com Paredes (2014) ao entender que os homens ignoram as colonizações que cometem contra os corpos das mulheres, pois apenas assim podem seguir ocupando, explorando e violentando os corpos femininos como territórios e os territórios como se fossem corpos femininos.

A construção da arte costumeiramente é atrelada a homens, principalmente quando se manifesta de forma mais irônica ou agressiva. O território artístico foi e ainda é conquistado e apropriado dia após dia por mulheres que, em sua criatividade e demanda, buscam subverter a ordem e estruturas artísticas já pré-estabelecidas, que favorecem e acolhem o modo masculino de criar.

Quando falamos de arte urbana que se manifesta em ambientes públicos, como as ruas, pensamos em grafites e pichações com traços geométricos, poucas cores e grandes assinaturas que marcam uma mensagem por muitas vezes direta. Ao olhar o trabalho das *Mujeres Públicas*, identificamos outras formas de arte de rua, de comunicar, de expor, que por vezes causam estranhamento justamente por não se parecerem com a arte de rua convencional masculina. Como água, as mulheres se infiltram e vão ganhando espaço com a inundação de suas ideias.

O corpo masculino possui uma liberdade que o corpo feminino luta há tempos para adquirir. As mulheres, por sua vez, rompendo com a individualidade das artes masculinas, que giram em torno dos egos e dos nomes dos artistas, abrem espaço para a arte produzida por coletivos, onde quem assina é o nome do coletivo, não um indivíduo. A valorização do grupo, da produção coletiva, foi a maneira encontrada pelas mulheres latino-americanas feministas para ocupar mais espaços de maneira revolucionária. A visibilidade tem muito mais alcance e valor no feminismo latino-americano quando ela é coletiva.

A arte, assim como o corpo, é reivindicada pelas mulheres e nesse cenário a luta é o que impulsiona a ocupação dos espaços. Pensando o pessoal e o coletivo politicamente, a disputa que se expõe tem por necessidade não apenas vencer o presente momento, mas também repensar a vida sem o caráter excludente e discriminatório que se impõe sobre nós como um todo. A arte feminista é mais do que ações coordenadas de mulheres que lutam, é um caminho para a liberdade.

3.3 Mulheres (re)construindo os feminismos

A mulher que se reconstrói passa por um processo interno de sofrimentos e traumas, violências e dores. Ela passa pelo processo de reviver o que passou inúmeras vezes em sua mente e em seu corpo até se encontrar com a empatia de reconhecer em outra mulher a si mesma. Nenhuma mulher se reconstrói sozinha, nenhuma mulher reconstrói o mundo sem outras mulheres.

A construção do pensamento feminista ensina a aprender; é pedagógica quando olha para mulheres como seres humanos e, ao impor um princípio de igualdade entre homens e mulheres, repensa e recondiciona as relações sociais, sejam elas pessoais, amorosas ou não, ao respeito. O feminismo se faz fundamental não apenas para contemplar mulheres em seus anseios sociais, mas para criar um ambiente em que a

vida, as emoções, a comunicação, o psicológico e inclusive o amor sejam mais saudáveis, responsáveis e respeitosos para todos os gêneros.

O centro de nosso ponto de vista alternativo ainda é uma verdade fundamental e necessária: não há amor onde há dominação. O pensamento e a prática feministas enfatizam o valor do crescimento mútuo e da autorrealização em relacionamentos íntimos e na parentalidade. Essa visão de relacionamentos em que as necessidades de todo mundo são respeitadas, em que todo mundo tem direitos, em que ninguém precisa temer a subordinação ou o abuso, vai em sentido contrário a tudo o que o patriarcado defende sobre a estrutura de relacionamentos. A maioria de nós já vivenciou ou vai vivenciar a dominação masculina na vida íntima privada em relação a um cuidador que exerce a paternagem, ao pai, a irmãos ou, no caso de mulheres heterossexuais, em relacionamentos românticos. Na realidade, o bem-estar emocional de mulheres e de homens seria maior se ambas as partes aderissem ao pensamento e à prática feministas. Políticas genuinamente feministas sempre nos transportam da servidão à liberdade, da falta de amor ao amor. A mutualidade é a base para o amor. E a prática feminista é o único movimento por justiça social em nossa sociedade que cria condições para que a mutualidade seja nutrida. (hooks, 2018. p.111)

Não renunciar à radicalidade do feminismo por algumas concessões de direitos que não rompem com o sistema é um dos passos fundamentais para que mudanças concretas cheguem a nós. Popularizar o discurso, os objetivos e a urgência do feminismo, como os coletivos feministas fazem ocupando geo-grafando territórios populares e estampando nas ruas aquilo que precisa ser dito, lido, ouvido e ensinado, abre alas para um caminho de radicalização popular.

É necessário gritar constantemente em todos os ambientes o feminismo, porque aquilo que nos eleva ao pensamento crítico é abafado pelo capitalismo. Precisamos falar mais alto para alcançar mais pessoas, assim como os pensamentos retrógrados patriarcais alcançam. Trazer homens e mulheres para o centro do pensamento feminista crítico é o que efetivamente possui o poder de transformar a realidade.

O feminino e o masculino não precisam necessariamente ser opostos, principalmente porque na vida já não o são. Ambos os lados de uma mesma moeda. O feminismo que dialoga somente com mulheres não transforma a realidade; a ideia do feminismo é pluriversal e necessita pluriversalizar-se, pois, a liberdade das mulheres e o bem-estar social dependem disso.

Repetidas vezes, a mídia de massa patriarcal e os líderes sexistas nos dizem que o feminismo está morto, que já não faz sentido. Na realidade, mulheres e homens de todas as idades, em todos os lugares, continuam a lutar com a questão da igualdade de gênero, continuam a procurar papéis para eles mesmos que os libertarão em vez de restringi-los ou confiná-los; e continuam a se voltar para o feminismo em busca de respostas. O feminismo visionário nos oferece esperança para o futuro. Ao enfatizar uma ética de mutualidade e interdependência, o pensamento feminista nos oferece um caminho para acabar com a dominação enquanto, simultaneamente, mudamos o impacto da iniquidade. Em um universo em que a mutualidade é norma, pode haver momentos em que tudo está desigual, mas a consequência dessa iniquidade não será a subordinação, a colonização nem a desumanização. (hooks, 2018. p.111)

A perspectiva artística da pedagogia feminista é capaz de injetar artivismo em diversos momentos do cotidiano social. Rompe-se com a noção de que o feminismo está presente apenas em aspectos políticos e passa-se a permear a vida como um todo, independente de gênero.

Ao unir o que se comprehende por arte popular, aquela que está nas ruas e é provocativa, irônica e real, à educação crítica que não é passiva, já que busca a justiça social e a transformação da relação dos indivíduos com o mundo ao seu redor, e ao feminismo, uma noção radical de que mulheres não são seres inferiores e que, além de serem seres humanos, sustentam o sistema que vivemos e lutam pela igualdade de gênero em todos os âmbitos, ocupamos em diferentes frentes a ideia revolucionária da libertação feminina. Um caminho novo se reconstrói, e junto dele se reconstroem mulheres, pensamentos, sociedades, perspectivas e futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado inicia-se com a apresentação do coletivo *Mujeres Públicas*, o que podemos chamar de objeto/sujeito do estudo para tornar o leitor mais próximo do que é o coletivo e de seu artivismo “uma experiência política por meio de um ato artístico” (BORDIN, 2015, p.130) apresentamos as ativações realizadas ao longo da existência do grupo e disponíveis em seu site oficial, e realizamos uma análise de cada uma tentando fazer uma interligação entre o propósito da obra e as demandas das mulheres enquanto grupo social marginalizado. Analisamos então, em paralelo, as ações promovidas pelo coletivo *Mujeres Públicas* os direitos legalmente conquistados pelas mulheres argentinas nesse mesmo período.

Em um segundo momento, nos debruçamos sobre as principais violências de gênero apontadas pelo coletivo ao longo dos anos de sua atividade nas ruas de Buenos Aires. Ao todo, foram seis tipos de violências estudadas: 1. Padrão de beleza, 2. Violência legislativa, 3. Trabalho doméstico, 4. Violência Religiosa, 5. Troféu de Guerra e 6. Sexualidade. Investigamos aqui essas violências seus reflexos na vida das mulheres, com uma perspectiva crítica dos dados e da estrutura de cada uma dessas violências.

Nesse momento do trabalho, discutimos o padrão de beleza imposto às mulheres, que é um tipo de violência física e psicológica; a violência legislativa, que traumatiza inúmeras mulheres que acreditam na justiça constitucional e acabam não só perdendo direitos, como também sendo vítimas de um sistema que por vezes não as trata como pessoas; o trabalho doméstico como base da reprodução social no sistema capitalista, que é sutilmente imposto às mulheres desde os primeiros momentos, acabando por determinar suas vidas até o fim, ceifando oportunidades e perspectivas; a violência religiosa, que condena a mulher à subserviência e à subalternização, não a enxergando como ser independente e sim como extensão do homem, incapaz de sozinha construir seu próprio destino, troféu de guerra em que destaca-se a violação direta do corpo; discutimos o estupro como uma forma de controle e dominação do corpo e da mente da mulher e, por fim, a sexualidade, onde destaca-se mulheres lésbicas, a maneira violenta como a heteronormatividade condena seus comportamentos, controla seus corpos e tenta impor a heterossexualidade compulsória.

No último capítulo, compreendemos que o processo desenvolvido pelo coletivo *Mujeres Públicas* e seu artivismo como um viés pedagógico que busca não apenas expor e denunciar a situação da mulher no mundo contemporâneo, mas também ensinar a transgredir, reconstruir e reivindicar. Um processo de ensino-aprendizagem que rompe com o padrão escolar e se faz para a população nas ruas e nos espaços públicos.

Nessa ótica, percebemos a ocupação dos territórios pelas mulheres através da subversão da arte e a busca pela liberdade, assim como a necessidade de ocupar o território da arte, que ainda é majoritariamente masculino as mulheres encontraram nos coletivos a força para crescer nos segmentos artísticos principalmente os populares, compreendendo que dessa maneira seria possível reconstruir esses territórios e também ensinar a reconstruir com uma nova ideia de liberdade e perspectiva de igualdade de gênero.

O processo de produção desse trabalho se inicia com um olhar diferenciado para as produções das mulheres na América Latina, principalmente para a arte produzida em conjunto por mulheres. Num primeiro momento a arte caminha entre a leveza do ser artístico e a brutalidade das reivindicações. A costura entre arte e ativismo molda a perspectiva dessa produção até o final.

A dificuldade de analisar ações artísticas de outro país e em outra língua surgem no primeiro momento, o que me incentivou a buscar mais embasamento para compreender as relações entre as mulheres argentinas e brasileiras e perceber que as dores, os anseios e necessidades são, além de muito próximas, por vezes iguais. Ainda que com alguns avanços legislativos em relação aos direitos das mulheres, o corpo das mulheres argentinas seguiu sendo violentado assim como os das mulheres brasileiras.

Durante a escrita do terceiro capítulo, ocorreu uma tentativa monstruosa de violência legislativa contra as mulheres brasileiras, o parlamento brasileiro tentou emplacar o Projeto de Lei (PL) 1904/24, que equipara o aborto realizado após a 22^a semana de gestação ao crime de homicídio simples. A tentativa de criminalizar mulheres e crianças por serem vítimas de violência sexual ou por decidirem sobre seus corpos destaca a necessidade e a importância desse trabalho ao debater e expor a violência legislativa. Comprovando o que é exposto durante a pesquisa: a continua e recorrente em violência contra o corpo-território feminino.

Após a construção do primeiro capítulo e iniciando o segundo capítulo em que o foco principal seriam as principais violências que assolam essa categoria de gênero, fui vítima daquilo que estava escrevendo. A violência marcou minha vida enquanto mulher ao mesmo tempo em que eu redigia um capítulo sobre esse tema.

Como vítima de violência psicológica, após muito tempo fragilizada percebi na força das mulheres ao meu redor, na literatura que busquei para realizar esse trabalho, na arte das *Mujeres Públicas* e das mulheres em geral a importância de falar e denunciar as violências que nos acometem. A rede de apoio que se constrói quando não nos permitimos afogar em nós mesmas, quando somos violentadas e levantamos nosso corpo nos recusando a adoecer, é o caminho para aprender, ainda que na dor, que somos capazes de ser livres, principalmente quando nos unimos como afirma indígena guatemalteca Lorena Cabnal (DW PÍA CASTRO, 2019).

O desenvolvimento dessa pesquisa, foi repleto de percalços. Entretanto, o aprendizado que se leva dessa produção ultrapassa qualquer resultado que se poderia imaginar desde o início. A contribuição pessoal para mim, enquanto autora, foi inestimável. Academicamente, o trabalho traz ao cerne da discussão geográfica o corpo e dialoga com diversas áreas do conhecimento, expondo ainda mais o caráter multidisciplinar da ciência geográfica.

A partir da metodologia de análise das ações promovidas pelo coletivo *Mujeres Públcas*, nosso objeto/sujeito de estudo, percebemos que as experiências individuais são também coletivas quando fazemos parte de um grupo social e partimos de um contexto de gênero. Ao explicitar a dissidência que ocorre nos corpos femininos dentro do contexto social vigente percebe-se que por meio da arte é possível ensinar e aprender promovendo um novo entendimento sobre o papel social da mulher e sua multiplicidade.

Em suma, observar a organização de mulheres na arte popular, de rua, nos ajuda a entender o caráter pedagógico não só da arte como do feminismo, que serve para a sociedade de forma geral. O caminho para a liberdade se faz precisamente na compreensão e na escuta das demandas dos grupos marginalizados, somente a partir daí pode-se construir e reconstruir uma nova visão de mundo e perspectiva social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA UNIVERSITARIA DE NOTICIAS E OPINIÓN (AUNO). **Línea de tiempo: los derechos conquistados por las mujeres.** 2018. Disponível em: <https://auno.org.ar/linea-de-tiempo-los-derechos-conquistados-por-la>. Acesso em 16 abr.2023.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil.**-5.ed - São Paulo: Perspectiva, 2006.

BARRANCOS, Dora. **Los Caminos Del Feminismo En La Argentina: historia Y derivas.** Voces en el fenix. 2014. Disponível em: <https://vocesenelfenix.economicas.uba.ar/los-caminos-del-feminismo-en-la-argentina-historia-y-derivas/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BATSÍKAMA, Patrício. **A Mulher na Luta de Libertaçāo e na Construçāo do Estado-Naçāo em Angola: o caso de Luzia Inglês Van-Dúnem.** Revista Cantareira, n.25, p.72-84. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27925/16319>. Acesso em: 2 jun.2024.

BEAUVOIR, S. DE. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BIDASECA, Karina Andrea. **La revolución será feminista o no será:** La piel del arte feminista descolonial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

BORDIN, Vanessa Benites. **Artivismo** – borrando fronteiras entre vida e arte. Zona de impacto, ano 17, volume 2, p. 126-135, julho/dezembro, 2015.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape.** Penguins Books: Londres, 1985.

CALVERA, Leonor. **El género mujer.** Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.

CAMPOS, Andrea Almeida. **A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais.** Revista Espaço Acadêmico, n. 183. Ago/2016.

ESPÍNOLA, Caroline Cavalcante. **Dos direitos humanos das mulheres à efetividade da Lei Maria da Penha.** Curitiba: Appris, 2018.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2004.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FRENCH, M. **A guerra contra as mulheres.** São Paulo. Nova cultura Ltda, 1992.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors. **La división sexual del trabajo y el enfoque de género en el estudio de la agricultura de los países desarrollados.** Agricultura y Sociedad, n. 55, .p. 251-277. 1990.

GENÉ, M. et. al. **Balances, perspectivas y renovaciones disciplinares de la historia del arte.** V Congreso Internacional de Teoría e Historia de las Artes, Buenos Aires, CAIA, 2009.

GRIFFIN, Susan. **Rape:The all-American crime.** Ramparts Magazine, p. 26-35, 1971.

Haesbaert, R. (2020). DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. *GEOgraphia*, 22(48). <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>

HERLIHY, David. **Life expectancies for Women in Medieval Society.** In: MOREWEDGE, Rosmarie T. *The Role of Woman in the Middle Ages.* State University of New York Press: Albany, 1975.

HERMAN, Dianne F. **The rape culture.** In: FREEMAN, Jo. (Ed.). *Women:a feminist perspective.* 3. ed. CA: Mayfield, 1984.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Mujeres, cuerpo y territorios: entre la defensa y la desposesión.** In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz et al. *Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas.* 1. ed. Quito: Abya-Yala, cap. 2, p. 45-63, 2020.

_____. 2017. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. Solar, vol. 12, n. 1, p. 35-46

hooks, bell. **Ensino a Transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

_____. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras.** Tradução: Ana Luiza Libânio. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARASCIULO, Marília. **A participação das mulheres nas guerras pela independência do Vietnã.** Revista Galileu. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/amp/Sociedade/Historia/noticia/2019/11/participacao-das-mulheres-nas-guerras-pela-independencia-do-vietna.html>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MARCHESE, Giulia. **Subvertir la geopolítica de la violencia sexual: una propuesta de (contra) mapeo de nuestros cuerpos-territorio.** In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz et al. *Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas.* 1. ed. Quito: Abya-Yala, cap. 14, p. 277-303, 2020.

MARIANA, C.N. et. al. **De lo privado a lo público: poéticas visuales de denuncia en Mujeres Públicas.** AAVV. Universidad de Buenos Aires, 2014.

MARTINS, Fernanda; ALAGIA, Laura. **Guerra contra as mulheres: uma análise feminista da violência sobre a precarização de mulheres e os efeitos da pandemia.** Revista Opinião Filosófica, v. 11, n. ed. esp. 2, 2020.

PAREDES, Julieta Carvajal. **Feminismo comunitario:** descolonizando el género In: FUNCK, Susana Bornéo, MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (orgs). *Linguagens e Narrativas: Desafios feministas.* Tubarão: Ed Copiart, 2014.

PÉREZ, Cristina. **¿Quién realmente manda en la casa?.** La Tercera, [S. l.], 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.latercera.com/la-tercera-sabado/noticia/quien-realmente-manda-en-la-casa/4QB47ARCIZG2TDNKEG66PH2WSQ/#:~:text=Si%20en%201990%20el%202020,de%20hogares%20en%20el%20pa%00s>. Acesso em: 4 mar. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista).** 2ed. Brasília: Edições Ibama, 2003.

SANTAMARÍA, Gema. **Alianza y autonomía: las estrategias políticas del movimiento de mujeres en Nicaragua,** 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum á consciência filosófica.** -14.ed.- Campinas, SP: Autores Associados: 2002.

SEGATO, Rita L. **La Guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SILVA, J. P. A.; CARMO, V. M. ; RAMOS, G. B. J. R. . **As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas**. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, v. 7, p. p. 101-122, 2021.

SIMSON, O. R. M. V.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (et al.). **Educação não formal**: um conceito em movimento. In: Visões singulares, Conversas plurais. São Paulo, v. 3, p. 13-41, 2007.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social afro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Sandra Duarte de; OSHIRO, Claudia Poleti. **Mulheres evangélicas e violência doméstica: o que o poder público e a igreja têm a ver com isso?** CAMINHOS, Goiânia, v. 16, n. 2, jul./dez. 2018.

TAGLIAMENTO, Grazielle. **Corpos e experiências lésbicas importam? Para quem?**. Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais. 2021.

VERENICZ, MARINA. Como e por que o estupro é utilizado como arma de guerra. Carta Capital, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/como-e-por-que-o-estupro-e-utilizado-como-arma-de-guerra/amp/>. Acesso em: 6 mar. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

DW PÍA CASTRO. **Lorena Cabral: sanar de la violencia**. YouTube, 9.out. 2019.

WARK, Jayne. **Radical gestures**: feminism and performance art in North America, 1970 to 2000. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 2006

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco. 1992.

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do Feminismo**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v.7, n.1, p-10-31. 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acess0 em 2.jun.2024.